

Acção **Socialista**

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



EUROPEIAS 2004

A MAIOR VITÓRIA DO PS A PIOR DERROTA DA DIREITA



“O bem-estar das pessoas é a finalidade da economia”

Sousa Franco ao “Acção Socialista” em 10 de Março de 2004

AS TRÊS TAREFAS

1 Foi enorme a vitória do PS nas eleições europeias. Sem qualquer margem para dúvidas. O maior resultado percentual de sempre, o melhor de todos os partidos da esquerda europeia, a pior derrota eleitoral da direita portuguesa.

Sabemos que a abstenção foi muito elevada e terá penalizado as forças políticas mais importantes, a coligação PSD/PP e o PS. Sabemos que os resultados de eleições europeias não são imediatamente transponíveis para eleições legislativas. Sabemos que o facto de estas eleições se realizarem a meio de um mandato permitiu a expressão de um voto de protesto contra as políticas do Governo, não podendo prever-se desde já, como consequência necessária, a continuidade de tal voto nos próximos actos eleitorais.

Nenhuma destas circunstâncias diminui, porém, o alcance da vitória do PS. Em primeiro lugar, o PS cumpriu plenamente o objectivo que definiu para esta eleição: derrotar sozinho a direita unida. Em segundo lugar, a dimensão da vitória fala por si: o PS obteve 45 por cento dos votos, o PSD/PP 33 por cento. Em terceiro lugar, o PS regressa assim ao ciclo de vitórias sucessivas em eleições nacionais que iniciara em 1993, e fora interrompido em 2001-2002; é, de novo, o maior partido português. Em quarto lugar, a votação do PS equivale a três vezes mais a soma das votações da CDU e do BE (e o número de mandatos é quatro vezes superior), o que demonstra inelutavelmente a liderança socialista no campo da esquerda, ainda por cima num cenário eleitoral em que foi reduzida a pressão para o voto útil.

2 A vitória do PS é a vitória do eleitorado que confia no PS e da área social e política que o PS representa e exprime. É a vitória das pessoas que sempre confiaram no PS, das pessoas que voltaram a confiar no PS e, também, das pessoas que ainda estão na expectativa face ao PS, mas que não acreditam na direita e aguardam, portanto, o que o PS fará com este triunfo.

Mas a vitória pertence também a quem protagonizou a campanha. O professor Sousa Franco, insuperável no entusiasmo e na inteligência que colocou neste combate, e cuja morte trágica nos encheu de dor. António Costa, o outro rosto incontornável. Ferro Rodrigues e a direcção do partido, autores da estratégia de abertura ao centro e à esquerda e de aposta resoluta no significado político da eleição. Todos os candidatos, os responsáveis operacionais, as estruturas e os militantes, os milhares de cidadãos independentes que se juntaram, nesta ou daquela forma, ao esforço socialista.

É preciso, contudo, ser hoje inteiramente claro sobre quem não cabe nesta vitória. Não cabem nesta vitória os autores e cúmplices dos acontecimentos repugnantes (Ferro usou a palavra adequada!) vividos na lota de Matosinhos. Não cabem os que, directa ou indirectamente, contribuem para que o gangsterismo e o populismo assolem também certas estruturas do PS.

3 Pode e deve dizer-se que a vitória de domingo não é nenhum ponto de chegada. Mas deve dizer-se, ao contrário dos cínicos, pela positiva e com entusiasmo: não é ponto de chegada pela simples razão de que é um ponto de partida, um excelente ponto de partida. É por isso que o resultado não pode ser diminuído, mas sim valorizado. Na primeira eleição que se seguiu à vitória tangencial do PSD nas legislativas de 2002, o PS retomou o caminho da vitória. Não há nada que possa esconder o facto de que o novo ciclo eleitoral que começou a 13 de Junho e se estenderá até às legislativas de 2006, começou com um triunfo claríssimo do PS.

Este ciclo, que compreende eleições regionais, autárquicas e presidenciais, impõe-nos a todos várias tarefas. As mais importantes, para mim, são três, que exprimirei por ordem decrescente de importância.

A primeira – e mais importante – é a construção de uma alternativa programática e socialmente mobilizadora ao desastre a que a direita conduziu o país. Essa é a tarefa número um do PS, devendo orientar a acção da sua direcção, do Grupo Parlamentar, do Gabinete de Estudos, de todas as suas estruturas. Esse deve ser, também, o tema principal do próximo congresso.

A segunda tarefa é a clarificação política interna. E nem me refiro especialmente às várias e legítimas candidaturas aos diferentes cargos, incluindo o do secretário-geral. Sabemos que temos uma direcção política e um líder empenhado, credibilizado e vitorioso. Quem quiser disputar-lhe o lugar só tem de avançar com a necessária candidatura e programa. Táticas de desgaste a coberto das insinuações, dos rumores e das declarações sob anonimato, isso é o que se espera que tenha também terminado no passado domingo. A clarificação que peço é outra: é o combate implacável que é dever de todos os socialistas, porque democratas, conduzir contra os métodos de caciquismo e arruaça que estão minando várias estruturas do partido, e que estão na origem de episódios como os intoleráveis incidentes da lota de Matosinhos.

A terceira tarefa é o comando político das próximas eleições. Há boas perspectivas para as regionais do próximo Outono: nova vitória nos Açores, subida significativa na Madeira. Mas importa preparar desde já, com tempo e inteligência, as autárquicas de 2005. Garantindo unidade e coerência nacional às candidaturas socialistas. Colocando como objectivo essencial a reconquista de Lisboa e do Porto, e do maior número de votos e de câmaras. Não pactuando com os tribalismos locais que semeiam a divisão e lançam lama sobre o nome do PS. Não tendo receio de apostar em quem tem servido bem as populações, de retirar a confiança a quem se tiver servido das populações e de estimular uma renovação política e geracional equilibrada.

Vamos ao trabalho!



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

O PS cumpriu plenamente o objectivo que definiu para esta eleição: derrotar sozinho a direita unida.

REMODELAÇÃO... EM MARCHA

ANTÓNIO COLAÇO



PS OBTÉM VITÓRIA HISTÓRICA NAS ELEIÇÕES EUROPEIAS

O Partido Socialista pediu aos portugueses que mostrassem nas eleições para o Parlamento Europeu um cartão amarelo ao Governo e a resposta foi clara: o PS ganhou as eleições com uma diferença de 11,3 por cento em relação à coligação PSD/PP, obtendo 44,5 por cento contra 33,2 por cento. Foi um resultado histórico, porque, pela primeira vez, o PS venceu a direita unida.

Apesar da alegria da vitória, havia entre os socialistas que acompanharam a divulgação dos resultados no Hotel Altis uma contenção no entusiasmo, em respeito pelo professor Sousa Franco, falecido no dia 9 em plena acção de campanha, após uma ida à loja de Matosinhos.

Apesar da redução de 25 para 24 deputados a eleger para o Parlamento Europeu, o PS manteve os 12 que tem actualmente, enquanto que a coligação em conjunto reduziu de 11 para nove o número dos seus representantes, sendo que os dois eleitos do PP vão para uma família política diferente. A coligação de direita obteve, assim, um resultado pior do que o PSD sozinho nas últimas eleições europeias. Por sua vez, a CDU manteve os dois representantes no PE e o Bloco de Esquerda elegeu pela primeira vez um deputado.

Na declaração final feita pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues exortou o primeiro-ministro Durão Barroso a tirar conclusões rápidas dos resultados de dia 13 de Junho.

Ao longo de toda a campanha, o PS pediu um cartão amarelo ao Governo para que



ele fosse penalizado por causa das políticas implementadas que têm deteriorado o nível de vida dos portugueses. "Políticas desastrosas", como referiu Ferro Rodrigues, que levaram o país a uma recessão económica sem precedentes, ao maior crescimento do desemprego na União Europeia e à quase duplicação do número de desempregados em pouco mais de dois anos. Isto sem contar com as políticas erradas na saúde, educação, ordenamento do território, ambiente e outras que têm vindo a deixar o país cada vez mais longe da União Europeia.

"O Governo foi fortemente deslegitimado.

Exigimos mudanças nas políticas económicas e sociais", sublinhou.

Para Ferro Rodrigues, o resultado eleitoral evidencia que "quem tem a maioria na Assembleia da República não tem a confiança da maioria dos portugueses" e sublinhou o facto dos partidos da coligação PSD/PP se encontrarem "isolados" e de ser "apenas uma minoria que se sente representada pela direita no seu conjunto".

"Ficou também demonstrado que o PS sozinho pode derrotar a direita unida em eleições nacionais. Foi a primeira vez. Não será a última", afirmou Ferro Rodrigues.

PP

ENCONTRO COM SAMPAIO

LÍDER DO PS DEFENDE RETIRADA DA GNR DO IRAQUE NO FINAL DE SETEMBRO

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, defendeu ontem a retirada do contingente da GNR do Iraque no final de Setembro, reiterou a convicção de que António Vitorino pode ainda chegar à presidência da Comissão Europeia e manifestou profunda preocupação com a situação económica e social do país. Após um pequeno-almoço de trabalho com o Presidente da República, Jorge Sampaio, em Belém, Ferro Rodrigues insistiu que a missão da GNR deve terminar logo que findem os compromissos assumidos e que Portugal deve apostar no apoio político e técnico ao futuro governo iraquiano.

"Apesar do grande salto em frente que foi a nova resolução das Nações Unidas que legitima a presença no terreno, a vocação de Portugal deve ser fundamentalmente uma aposta no apoio político, técnico e humanitário à reconstrução e à democratização do

Iraque", defendeu.

Por isso, o líder socialista considerou que "a presença da GNR no Iraque deverá terminar findos os seus compromissos no final de Setembro".

Por outro lado, o secretário-geral do PS mostrou-se confiante na possibilidade de o comissário europeu da Justiça e Assuntos Internos, o socialista António Vitorino, poder vir a ser eleito presidente da Comissão Europeia.

"O compromisso é sempre possível. O Partido Popular Europeu está bastante dividido" quanto à hipótese do presidente da Comissão Europeia ser de uma família política não maioritária, como acontece com os socialistas, frisou.

Ferro Rodrigues reafirmou que o PS procurará "dar o máximo" para permitir a eleição de António Vitorino, ressalvando no entanto que "isso é algo que depende da vontade do

Governo português".

"Como se costuma dizer, até ao lavar dos cestos é vindima", sublinhou o líder do PS, mostrando-se convicto de que a vitória do PPE nas eleições europeias não afastou completamente a possibilidade de um socialista ser eleito para a presidência da Comissão.

Situação económica e social preocupante

Ferro manifestou ainda a Sampaio "profunda preocupação com a situação social e económica do país", que considerou ter ficado "bem à vista" com os resultados das eleições europeias, e reiterou a "vocação europeísta" do PS e a "vontade de ajudar a que haja resultados positivos em termos de tratado da Constituição europeia", nomeadamente nas reuniões do Partido Socialista Europeu.

VITÓRIA DEDICADA A MATILDE SOUSA FRANCO

A histórica vitória do Partido Socialista nas eleições para o Parlamento Europeu foi dedicada à viúva do professor Sousa Franco, presente na sala do Hotel Altis onde foram feitas as declarações políticas à medida que os resultados iam ficando mais consolidados.

A dr^a. Matilde de Sousa Franco, esteve presente com grande firmeza e resistiu aos *flashes* dos fotógrafos e às câmaras de televisão, tendo sido homenageada com uma prolongada ovação quando Ferro Rodrigues lhe dedicou a vitória. "Uma mulher de grande coragem", disse Ferro.

O líder do PS destacou o importante papel que Sousa Franco teve no desenrolar da campanha até ao momento da sua morte, numa acção de campanha na loja de Matosinhos.

"Esta vitória não apaga a dor", disse Ferro Rodrigues, para quem Sousa Franco teve um papel essencial no resultado eleitoral.

No palco onde fazia a declaração de vitória, ao seu lado esquerdo, estava uma fotografia de Sousa Franco sorridente, a preto e branco, em tamanho grande. Na primeira fila da assistência, ao lado da dr^a Matilde, estava a sua filha Inês.



FERRO RODRIGUES ANUNCIA RECANDIDATURA À LIDERANÇA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, anunciou que irá recandidatar-se à liderança do Partido Socialista no próximo Congresso marcado para o final do ano.

Ferro Rodrigues fez a declaração de que iria apresentar-se perante os militantes em resposta a uma pergunta de um jornalista que lhe pediu para esclarecer os rumores surgidos na imprensa que punham em causa a sua continuidade à frente do partido a seguir às eleições.

Ferro sublinhou que o PS se tem afirmado como alternativa ao desastre das políticas do Governo e que, por isso, irá apresentar-se ao congresso. "Serei candidato no próximo congresso em eleições directas e secretas", anunciou, acrescentando que "quem manda no PS são os militantes e não os comentadores e os que querem, de fora, mandar no partido".

Já depois de conhecidos todos os resultados, quando deixava o Hotel Altis, Ferro Rodrigues foi também confrontado com a candidatura de João Soares à liderança do partido, tendo afirmado esperar "um congresso com muitos concorrentes". "Não quero nenhum unanimismo", disse.

AGRADECIMENTO DO SECRETÁRIO-GERAL

Há coisas que são tão óbvias que as esquecemos de mencionar. Há coisas que são tão naturais que ninguém as nota. Há coisas que, no entanto, seria muito injusto não registar. Eu quero aqui testemunhar a minha gratidão pelo extraordinário trabalho feito para a vitória do PS por dois grandes camaradas do Secretariado Nacional: José António Vieira da Silva e Pedro Adão e Silva.

Eduardo Ferro Rodrigues

Secretário-geral do PS
Lisboa, 15/6/2004

UM NOVO CICLO DE VITÓRIAS

Entre 1993 e 2001, o PS ganhou todas as eleições nacionais. O ciclo foi interrompido em 2001-2002, com a derrota tangencial nas legislativas antecipadas. O resultado do PS nas eleições europeias significa também retomar o ciclo de vitórias

1993				1994			1995				
AUTÁRQUICAS				PARLAMENTO EUROPEU			LEGISLATIVAS				
PS	1950133	36.06%	792	PS	1061560	34.87%	10	PS	2583755	43.76%	112
PPD/PSD	1822925	33.71%	805	PPD/PSD	1046918	34.39%	9	PPD/PSD	2014589	34.12%	88
PCP/PEV	689928	12.76%	246	CDS-PP	379044	12.45%	3	CDS/PP	534470	9.05%	15
CDS-PP	455357	8.42%	133	PCP-PEV	340725	11.19%	3	PCP/PEV	506157	8.57%	15
PS/PCP/PEV/PSR/UDP	200822	3.71%	11								
PSN	28922	.53%	3								
MPT	23408	.43%	2								
PS/CDS-PP	11482	.21%	7								
PS-PCP-PEV-UDP-PDA	10221	.19%	4								
MDP	1386	.03%	1								
PS-PCP-PEV	95	0.00%	2								

1996			1997			1999				
PRESIDENCIAIS			AUTÁRQUICAS			LEGISLATIVAS				
Jorge Sampaio	3035056	52.66%	PS	2041307	38.07%	869	PS	2385922	44.06%	115
Aníbal Cavaco Silva	2595131	45.03%	PPD/PSD	1761383	32.85%	803	PPD/PSD	1750158	32.32%	81
			PCP/PEV	643956	12.01%	236	PCP-PEV	487058	8.99%	17
			CDS-PP	302763	5.65%	83	CDS-PP	451643	8.34%	15
			PS/PCP/PEV/UDP	165008	3.08%	10	B.E.	132333	2.44%	2
			PPD/PSD.CDS-PP	124859	2.33%	7				
			CDS-PRPPD/PSD	35495	.66%	4	PARLAMENTO EUROPEU			
			PPM	7129	.13%	5	PS	1493146	43.07%	12
			P XXI	6995	.13%	1	PPD/PSD	1078528	31.11%	9
			PDC	4361	.08%	1	PCP-PEV	357671	10.32%	2
			MPT	1884	.04%	2	CDS-PP	283067	8.16%	2

2001			2002			2004				
PRESIDENCIAIS			LEGISLATIVAS			PARLAMENTO EUROPEU				
Jorge Sampaio	2401015	53.96%	PPD/PSD	2200765	40.21%	105	PS	1510927	44.52%	12
Ferreira do Amaral	1498948	33.69%	PS	2068584	37.79%	96	PPD/PSD.CDS-PP	1128660	33.26%	9
			CDS-PP	477350	8.72%	14	PCP-PEV	308831	9.10%	2
			PCP-PEV-CDU	379870	6.94%	12	B.E.	167026	4.92%	1
			B.E.	149966	2.74%	3				
AUTARQUICAS										
PS	1792690	34.12%	829							
PPD/PSD	1482682	28.22%	774							
PCP-PEV	557481	10.61%	199							
PPD/PSD.CDS-PP	472581	8.99%	114							
CDS-PP	195198	3.72%	39							
PPD/PSD - PPM	131135	2.50%	8							
PS/PCP/PEV	130279	2.48%	8							
GRUPO CIDADÃOS	84010	1.60%	31							
PPD/PSD - CDS-PP - PPM	67094	1.28%	10							
B.E.	61789	1.18%	6							
PS/CDS-PP	25551	.49%	13							
MPT	12568	.24%	4							
CDS-PP - PPD/PSD	7880	.15%	6							
CDS-PP / PPM	4289	.08%	1							
CDS-PP/PS	2010	.04%	2							

ANTÓNIO COSTA

PS TEM A MAIOR PERCENTAGEM DE VOTOS ENTRE OS PARTIDOS SOCIALISTAS DA EUROPA



O PS foi o partido que teve a mais elevada percentagem de votação da União Europeia entre os partidos socialistas, afirmou na noite da vitória eleitoral António Costa.

Para António Costa, os resultados eleitorais de 13 de Junho demonstram bem que os socialistas são claramente uma alternativa ao actual governo.

"A coligação de direita teve a mais baixa votação de sempre em Portugal, somando inclusivamente menos do que o PSD nas últimas eleições legislativas em 2002", sublinhou.

Para Costa, o rosto da derrota da coligação

de direita nas eleições europeias foi só um: Durão Barroso. Ao afirmá-lo, os militantes e simpatizantes presentes na sala do Hotel Altis, em sintonia com o recém eleito eurodeputado, irromperam num longo aplauso.

Interrogado sobre as consequências dos resultados eleitorais para a liderança do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, Costa disse que "aquilo que preocupa os portugueses não é a situação interna no PS, mas aquela que o país vive".

"Com este resultado – disse – os portugueses demonstraram que querem uma Europa do crescimento e não um

país ao lado da guerra, de recessão e de desemprego".

Costa considerou também que as ilações dos resultados eleitorais têm de ser tirados pelo primeiro-ministro, numa alusão clara à natureza das políticas erradas do Governo. Neste contexto, reafirmou que nas eleições europeias de dia 13 de Junho estava em causa apenas dar um sério aviso ao Governo para mudar de políticas, e não derrubá-lo.

"Apesar dos portugueses terem manifestado a vontade de um novo Governo, pela parte do PS serão respeitadas as regras da democracia", sublinhou.

SOMOS A SEXTA FORÇA POLÍTICA NO GRUPO DO PSE

O Partido Socialista é a sexta força política em 25 dentro do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu, o que torna a delegação portuguesa uma das mais influentes. De referir também que, percentualmente, o PS foi o partido que teve, em termos relativos, a maior votação.

O Grupo Socialista do Parlamento Europeu, no entanto, mantém-se como a segunda força política, com 201 deputados eleitos, a uma grande distância dos liberais, com 66 lugares, dos Verdes, com 42 e dos comunistas, com 39. O PPE continua a ser a família política mais forte, com 276 deputados num universo de 732. De sublinhar que, enquanto o PS contribui com 12 deputados para o Grupo Socialista Europeu, o PSD coloca apenas 7 no PPE. Para este resultado em que os partidos conservadores são preponderantes no Parlamento Europeu, contribuíram

fortemente os Estados recém entrados na União Europeia, que deram um contributo considerável, já que em sete deles os partidos de direita ficaram à frente. Em alguns casos, como o da Polónia, os três primeiros partidos com maior votação eram das várias matizes de direita (católica, conservadora, moderada).

Seja como for, os socialistas no Parlamento Europeu, enquanto segunda força política mais influente, continuarão a ter um papel decisivo nas tomadas de decisão e na orientação dos trabalhos em virtude das presidências das comissões especializadas do Parlamento Europeu.

À frente dos 12 deputados eleitos da delegação socialista portuguesa estão a França com 31, a Itália e a Espanha com 25, a Alemanha com 23, o Reino Unido com 17.

Portugal, Espanha, França e Itália foram

os países onde os socialistas confirmaram o seu bom momento eleitoral. Em Portugal, Itália e França os partidos socialistas encontram-se na oposição, embora neste último os socialistas tenham ganho expressivamente as recentes eleições regionais. Em Espanha, a recente vitória nas legislativas foi agora reforçada neste acto eleitoral.

O maior desaire entre os socialistas registou-se no Reino Unido e na Alemanha. No primeiro caso, contribuiu para isso o envolvimento na guerra do Iraque e todas a suas consequências directas e indirectas. No segundo caso, o SPD do chanceler Schroeder obteve o pior resultado da sua história em eleições europeias, com apenas 21,5 por cento dos votos, menos de metade do que obteve a CDU. De resto, estas eleições penalizaram sobretudo os partidos que se encontram no Governo.

PP

FERRO RODRIGUES

DURÃO DESAFIADO A DEIXAR VITORINO COMO COMISSÁRIO

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, desafiou Durão Barroso a manter na Comissão Europeia António Vitorino, lembrando que cabe ao Governo a competência exclusiva da nomeação do comissário.

"António Vitorino fez um papel de tal forma excelente em Bruxelas que o Governo português pode e deve apoiá-lo para a presidência da Comissão, mas também pode e deve indicá-lo para comissário", disse Ferro Rodrigues. O secretário-geral do PS considera que Vitorino ainda tem hipóteses de chegar à presidência da Comissão.

O líder do PS falava à saída do Hotel Altis e estava ladeado pelo presidente do Grupo Parlamentar, António José Seguro, e por Jorge Coelho, coordenador para as eleições autárquicas.

"Se os interesses nacionais estiverem em primeiro plano, o Governo seria seguramente coerente em manter António Vitorino em Bruxelas", insistiu. Apesar dos partidos de direita serem maioritários no Parlamento Europeu, António Vitorino mantém-se como um dos nomes possíveis para suceder a Romano Prodi à frente da Comissão Europeia. Este facto decorre da incerteza que ainda existe quanto à composição das maiorias que se formarem no Parlamento, em virtude das alianças que os socialistas fizeram com outras formações políticas, como os Verdes, Liberais e comunistas.

MANIFESTO

EM DEFESA DO PACTO DE CRESCIMENTO E EMPREGO

O presidente da Internacional Socialista, António Guterres, o chefe do Governo espanhol, José Luis Zapatero e outros três líderes socialistas de França, François Hollande, da Bélgica, Elio di Rupo, e ainda o dinamarquês Poul Rasmussen, presidente do Partido Socialista Europeu, subscreveram um documento que apresentaram durante o período de campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, no qual defendem a substituição do Pacto de Estabilidade e Crescimento por um "Pacto de Crescimento e Emprego".

O documento, intitulado "Votar pela Europa Social", considera que este pacto permitirá "apoiar os investimentos públicos e as despesas do futuro". Paralelamente, os cinco líderes socialistas propõem a criação de "um governo económico e social europeu, capaz de conduzir uma política orientada para o objectivo do pleno emprego".

"Este governo poderá trabalhar na harmonização fiscal, nomeadamente a das empresas, de forma a lutar contra o *dumping* fiscal entre estados, e pôr em marcha uma verdadeira política industrial no plano europeu, fundado sobre a investigação e a inovação, para colocar a Europa na frente dos pólos de excelência", precisa o documento.

Defende-se também a necessidade de "dotar a Europa de um tratado social", mas exclui a hipótese de transferir para Bruxelas os sistemas de protecção social".

"A aplicação dos critérios de convergência social visará harmonizar por cima as regras nacionais em matéria de salários mínimos, de formação, de igualdade homens-mulheres, de protecção contra os despedimentos e as deslocalizações, de luta contra o desemprego, a precariedade, de direitos à participação e à consulta dos trabalhadores e dos seus representantes".



MOMENTOS DE UMA CAMPA



NHA HISTÓRICA PARA O PS

Fotos: Pedro Silva



O PRÓXIMO DESAFIO É REFORÇAR A VITÓRIA NOS AÇORES

A vitória do PS na Região Autónoma dos Açores faz prever uma nova vitória socialista nas eleições regionais de Outubro, afirmou o líder do partido nos Açores, Carlos César.

O presidente do PS/Açores congratulou-se com a votação claramente superior à média nacional, de 49,31 por cento, deixando a coligação a 8,9 pontos de diferença.

Numa declaração sobre os resultados eleitorais, o presidente do Governo açoriano realçou que a votação obtida pelo PS no arquipélago superou mesmo as sondagens mais favoráveis.

Para Carlos César, uma vitória tão expressiva é um bom prenúncio para as eleições regionais, fazendo prever resultados ainda melhores do que deixam antever os estudos de opinião.

Se houver uma repetição destes resultados nas próximas eleições regionais, o PS manterá a maioria absoluta na assembleia Legislativa dos Açores.

O PS tem vindo sucessivamente a aumentar a sua influência na Região Autónoma dos Açores, tendo em 1996 conseguido recuperar de uma diferença de perto de 20 por cento em relação ao PSD, ganhando as eleições com 45,8 por cento dos votos. Esta margem subiu para 49,2 por cento nas eleições legislativas regionais de 2000.

A própria evolução dos resultados eleitorais para o Parlamento Europeu constituem um bom indicador das boas



perspectivas que se abrem para o PS nos Açores. Nas eleições para o Parlamento Europeu de 1994 o PS obteve 34,79 por cento dos votos, o PSD 34,37 por cento e o CDS 12,49. Cinco anos depois, o PS subiu para 43,05 por cento, o PSD caiu para 31,1 por cento e o CDS para 8,16. Nas europeias de 2004, o PS atinge um resultado histórico de 49,31 por cento, contra 40,4 por cento da coligação. De referir também que o PS tinha na lista,

em quinto lugar, o actual eurodeputado Paulo Casaca, reeleito com toda a facilidade no escrutínio de dia 13.

Para Paulo Casaca, a vitória dos socialistas nos Açores constitui "um marco histórico" para o partido nas ilhas, já que, segundo afirma, em cerca de 30 anos de eleições democráticas "nunca o PS tinha conseguido uma diferença de quase nove pontos sobre as forças reunidas de direita".

Paulo Casaca considerou ainda que os resultados de domingo confirmam "uma evolução clara em todo o arquipélago dos socialistas, com excepção da Ilha do Pico, o que representa um sinal extremamente positivo para o PS, tendo em vista as eleições regionais de Outubro".

Como prioridade do seu mandato, realçou a defesa da Zona Económica Exclusiva dos Açores e a necessidade de assegurar

um quadro financeiro que permita uma real coesão económica e social do arquipélago com a União Europeia.

Entretanto, um grupo de dezenas de açorianos residentes no continente manifestaram o seu apoio à recandidatura de Carlos César à presidência do Governo Regional dos Açores. Entre os apoiantes estão académicos, artistas, escritores e gestores, como Linhares Furtado, Carlos Monjardino e Gabriela Canavilhas.

REGIONAIS AÇORES

1992

PPD/PSD	74369	56.86%	39
PS	29443	22.51%	12
CDS	10582	8.09%	2
UDP	6053	4.63%	2
PCP/PEV	3868	2.96%	1
PSN	3154	2.41%	1

1996

PS	51906	45.82%	24
PPD/PSD	46449	41.00%	24
CDS-PP	8346	7.37%	3
PCP-PEV	3940	3.48%	1

2000

PS	49438	49.20%	30
PPD/PSD	32642	32.48%	18
CDS-PP	9605	9.56%	2
PCP/PEV	4856	4.83%	2

DEPUTADOS ELEITOS PELO PS PARA O PARLAMENTO EUROPEU



ANTÓNIO COSTA

43 anos – advogado
Foi secretário de Estado e ministro dos Assuntos Parlamentares no primeiro Governo de António Guterres (de 1995 a 1999), passando a titular da pasta da Justiça no segundo (de 1999 a 2002) e assumindo mais tarde a liderança do Grupo Parlamentar do PS, cargo que deixou no final de Março passado.



ANA GOMES

50 anos – diplomata
Desde Fevereiro de 2003 que é a secretária nacional do PS para as Relações Internacionais. Desempenhou funções diplomáticas na Missão Permanente de Portugal junto da ONU em Nova Iorque e entre 1999 e 2003 foi embaixadora de Portugal em Jacarta.



FRANCISCO ASSIS

39 anos – licenciado em filosofia
O presidente da Federação do PS/Porto foi também líder parlamentar do PS entre 1997 e 2002, exercendo o mandato de deputado desde 1995. Foi ainda autarca em Amarante, de onde é natural, de 1989 a 1995.



ELISA FERREIRA

49 anos – economista
A deputada pelo PS na Assembleia da República foi ministra do Ambiente de 1995 a 1999 e titular da pasta do Planeamento de 1999 a 2002.



PAULO CASACA

47 anos – economista
Eurodeputado desde Julho de 1999, foi deputado no hemiciclo nacional entre 1992 e



SÉRGIO SOUSA PINTO

31 anos – jurista
Eurodeputado desde 1999, foi deputado à Assembleia da República e vice-presidente da bancada socialista de 1995 a 1999. Foi eleito secretário-geral da Juventude Socialista.



FAUSTO CORREIA

53 anos – advogado
Entre Outubro de 1999 e Abril de 2002 foi, sucessivamente, secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e adjunto do primeiro-ministro. Esteve também ligado a diversos órgãos de Comunicação Social.



EDITE ESTRELA

55 anos – linguista
Deputada desde 1987, foi também presidente da Câmara Municipal de Sintra, de 1994 a 2002, e vice-presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, entre 1995 e 2002.



CAPOULAS SANTOS

57 anos – licenciado em sociologia
Ex-ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas de 1998 a 2002, exercia presentemente as funções de deputado à Assembleia da República, tendo sido membro da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo de 1980 e 1995.



JAMILA MADEIRA

29 anos – economista
Líder da Juventude Socialista, a jovem deputada é vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS.



EMANUEL JARDIM FERNANDES

60 anos – advogado
É presidente da Comissão Política Regional do PS/Madeira e membro da Comissão Política Nacional. Foi vice-presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira.



MANUEL DOS SANTOS

61 anos – economista
Eurodeputado desde Julho de 2001, foi deputado à Assembleia da República de 1980 a 2001, onde presidiu a diversas comissões parlamentares. Exerceu ainda funções como secretário de Estado do Comércio de 1995 a 1996.

“ABSOLUTAMENTE REPUGNANTE”

“Absolutamente repugnante”, foi como Ferro Rodrigues classificou os incidentes da lota da Matosinhos, depois de instado a responder a uma pergunta feita por uma jornalista na conferência de Imprensa da noite eleitoral.

Na manhã de dia 9 de Junho, no início de mais um dia de campanha, a caravana socialista teve a sua passagem obrigatória pela lota de Matosinhos, tradicional lugar de festa socialista onde há muita emoção e até exaltação e onde, invariavelmente, os candidatos acabam em ombros.

Desta vez, porém, a campanha foi apanhada no meio das rivalidades entre Narciso Miranda e Manuel Seabra, o presidente e o vice-presidente da Câmara de Matosinhos, respectivamente, que contribuiu para aumentar a tensão que se viveu no local e que deu origem aos lamentáveis incidentes que têm provocado ondas de choque dentro do PS.



PS/PORTO

ASSIS DEMITE-SE E CONVOCA ELEIÇÕES ANTECIPADAS

Francisco Assis, presidente da Federação do PS/Porto, anunciou, em conferência de Imprensa, a sua decisão de convocar eleições antecipadas para a estrutura distrital.

No mesmo momento, o líder dos socialistas portuenses manifestou a intenção de se recandidatar ao lugar. Segundo Assis, há muito que tinha em mente pôr cobro ao “pântano” que se vivia na Federação, onde “vários procuram criar uma federação bicéfala”, mas nunca tendo concretizado a sua intenção para não perturbar as eleições europeias.

Mas, os acontecimentos verificados durante a campanha eleitoral, na lota de Matosinhos, precipitaram a sua decisão, que só foi conhecida na passada segunda-feira.

“O que aconteceu na lota veio apenas reforçar essa intenção, já que foi tão grave



que se limitou apenas a iluminar a minha posição”, afirmou o líder federativo do PS portuense, para quem, cabe agora ao presidente da Comissão Política Distrital, Narciso Miranda, convocar a reunião deste órgão que decidirá a realização de eleições antecipadas, “esperemos que

no mais curto espaço de tempo”.

Entretanto, já depois do fecho desta edição, teve lugar uma reunião da Comissão Política para análise dos resultados eleitorais em que os incidentes de Matosinhos não devem ter passado à margem.

SEABRA RENUNCIA À VICE-PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE MATOSINHOS

Manuel Seabra, vice-presidente da Câmara de Matosinhos, apresentou, no passado dia 14 de Junho, a sua demissão deste cargo, renunciando igualmente aos pelouros na autarquia, na sequência

de incidentes ocorridos durante a campanha eleitoral do PS na lota desta cidade.

“Enviei hoje uma carta ao presidente da Câmara de Matosinhos onde renuncio à

vice-presidência e aos pelouros de habitação e urbanismo que me estavam confiados”, disse, fazendo questão, porém, de frisar que mantém o lugar de vereador para o qual foi eleito.



Pelourinho da República

ESPECIAL ELEIÇÕES EUROPEIAS 2004

“Devia comparar Durão Barroso a José Mourinho pelos resultados que já começam a aparecer”

Vasco Graça Moura

“É um resultado muito positivo. O voto nos partidos europeístas aumentou”

João de Deus Pinheiro

“Entendi e percebi o sinal que me deram”

Durão Barroso

“A abstenção foi histórica. Foram ditas inverdades sobre o CDS que já foi possível corrigir”

Paulo Portas

“Se a coligação tivesse 50 por cento, o PSD ainda podia pensar ir sozinho às legislativas. Agora com este resultado...”

Lobo Xavier

“Foi uma banhada para o Governo”

Marcelo Rebelo de Sousa

“Todos os indicadores de que dispomos dizem que não serei eleito. Vamos ser pragmáticos e objectivos”

Manuel Monteiro

“Em termos percentuais, é a maior derrota do centro-direita desde o 25 de Abril. Esta derrota humilhante tem rostos, os dos dirigentes que nos últimos anos mandaram no país, como Arnaut e Rio”

Luís Filipe Menezes

“A malta agora já não vive estas coisas como dantes. A maior parte ficou em casa. A malta preferiu sofrer frente ao televisor. Antigamente é que era bom”

Militante bloquista

“Hoje não estou para rambóias. Mal saiba o resultado vou dormir”

idem

“Naturalmente, recandidato-me a secretário-geral do PS”

Ferro Rodrigues



PseGROUP
NET
SOCIALIST GROUP
IN THE EUROPEAN PARLIAMENT

www.socialistgroup.org

FALECEU SOUSA FRANCO

POLÍTICO DE CAUSAS GRANDE FIGURA CÍVICA E MORAL

Eminente professor de Direito, político de causas e grande figura cívica e moral, António Sousa Franco, cabeça-de-lista do PS às eleições europeias, morreu na passada quarta-feira, dia 9 de Junho, vítima de ataque cardíaco, em Matosinhos, quando travava mais uma batalha política ao serviço do PS por Portugal, pela Europa e pelos portugueses. Social-democrata genuíno, contava 61 anos. O "pai do euro" em Portugal foi a enterrar na passada sexta-feira, num cortejo fúnebre em que participaram inúmeras personalidades do meio académico e dos vários quadrantes políticos, para além de numeroso público que não quis deixar de prestar a sua derradeira homenagem a um homem bom.

Entre outros cargos que ocupou ao longo de uma vida dedicada à causa pública, Sousa Franco destacou-se na política nacional como ministro das Finanças do primeiro Governo socialista de António Guterres, tendo sido responsável pela entrada de Portugal no núcleo fundador do euro.

O cabeça de lista do PS às europeias era um homem de formação católica, que chegou a pensar seguir o curso de Engenharia, mas acabaria por se formar, com média de 18, na Faculdade de Direito de Lisboa.

Foi nesta faculdade, bem como na Universidade Católica, que dedicou parte da sua vida como professor de Finanças Públicas. Era presidente do conselho directivo da Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica.

Antes do 25 de Abril, milita na JUC e, apesar do "namoro" que o seu antigo professor de Direito Marcello Caetano lhe faz para colaborar com o regime, o então jovem professor universitário recusa sempre liminarmente.

Depois do 25 de Abril foi nomeado por Vasco Gonçalves presidente da Caixa Geral de Depósitos, cargo que abandonou passados quatro meses.

Filia-se no PPD/PSD em 1974, tendo chegado a presidente deste partido no início de 1978, cargo que deixou meses depois em profunda divergência com as linhas dominantes conservadoras deste partido. Depois, seria riscado da história oficial (ao jeito estalinista), como se verificou na recente comemoração dos 30 anos do PSD, onde foi o único ex-presidente do partido que não recebeu convite para o cerimonial.

Em 1979 abandona o PSD em ruptura com Sá Carneiro, juntamente com outros destacados militantes, com quem viria a fundar a Associação Social-Democrata Independente (ASDI).

Espírito livre, social-democrata genuíno, ocupa ainda em 1976 o cargo de secretário de Estado das Finanças, com Salgado Zenha como ministro da tutela.

Em 1979 é, por pouco tempo, ministro das Finanças de Maria de Lurdes Pintasilgo, num dos governos de iniciativa do então Presidente da República, Ramalho Eanes.

Mais tarde, em 1980, junta-se a Mário Soares na Frente Republicana e Socialista, uma coligação de centro-esquerda, formada pelo PS, ASDI e UEDS, para fazer frente à Aliança Democrática, uma coligação de centro-direita entre PSD, CDS e PPM.

Voltou a ocupar um lugar de Estado, em Junho de 1986, com o convite de Miguel Cadilhe, então ministro das Finanças, para presidir ao Tribunal de Contas.

Neste cargo, que ocupa até 1995, ao longo de todo o consulado cavaquista, a sua acção ganha particular relevo devido ao rigor e independência com que fiscalizou as contas do Estado, o que lhe valeu o qualificativo de "força de bloqueio" pelo então primeiro-ministro, Cavaco Silva.

Entre 1995 e 1999 é ministro das Finanças do primeiro Governo de António Guterres, onde tem um desempenho notável. Para além dos orçamentos de rigor e consciência social, a sua acção permite a Portugal integrar o pelotão da frente da moeda única, crescer mais do que a média europeia, e reduzir o défice, sem manigâncias financeiras, de 5,5 por cento, em 1995, para 2,8 por cento em 1999, o mesmo sucedendo com a dívida pública, que passa de 64,3 por cento, em 1995, para 54,3 por cento em 1999.

Entre 1996 e 1999 representou o PS no grupo dos socialistas europeus, tendo sido redactor da declaração de Atenas sobre "Crescimento, emprego e coesão social" (1997) e da declaração do PSE intitulada "A nova via económica. Reformas económicas na União Económica e Monetária" (1998).

O "Acção Socialista" apresenta à família enlutada os mais sinceros votos de pesar e sentidas condolências.



PS DE LUTO

Surpreendido pela morte súbita e trágica do professor António de Sousa Franco, o PS, enlutado, endereçou de imediato à viúva e família do nosso cabeça de lista às eleições para o Parlamento Europeu o "mais profundo pesar sentidas condolências".

Pela voz emocionada de Ferro Rodrigues, os socialistas lamentaram "uma perda para Portugal de um grande português, de uma grande figura cívica e moral".

"É uma referência democrática, um lutador convicto pelas causas que abraçou e pelas quais acaba por morrer, no seu

último combate político", disse o secretário-geral do PS, que agradeceu depois as mensagens de solidariedade vindas "de todos os quadrantes políticos e sociais", bem como o gesto de suspensão unânime das actividades de campanha eleitoral. "Os socialistas curvam-se emocionadamente, perante a sua pessoa e a sua memória e homenageiam com eterna gratidão tudo o que o professor Sousa Franco fez pelo Partido Socialista e por Portugal", declarou Ferro, que se encontrava acompanhado pelos dirigentes António Costa, Alberto Martins, Francisco Assis e José Sócrates.

REACÇÕES

“Os socialistas curvam-se emocionadamente, perante a sua pessoa e a sua memória e homenageiam com eterna gratidão tudo o que o professor Sousa Franco fez pelo Partido Socialista e por Portugal”.

Ferro Rodrigues

“Ele não merecia isto. A morte às vezes esquece-se de distinguir os bons e às vezes até parece que favorece os maus (...) Sousa Franco era uma personalidade rara, de uma grande qualidade intelectual e moral. O país fica mais pobre”.

Almeida Santos

“Portugal perde um homem bom, um grande democrata, um eminente professor de Direito, um muito distinto parlamentar, um destacado servidor do Estado a quem a República e a democracia muito deve”.

Jorge Sampaio

“Estou chocado, surpreendido e aflito com esta enorme perda para o país”.

Mário Soares

“Trata-se de um acontecimento horrível e totalmente inesperado. Uma tragédia que impressiona a todos”.

António Guterres

“Era uma pessoa íntegra, com uma liberdade pessoal, com uma independência de espírito muito grande. Pessoas assim fazem falta à Europa, fazem falta aos países, fazem falta à política e à democracia. O país está de luto”.

Manuel Alegre

“É uma notícia brutal que me chocou profundamente, sobretudo quando o professor Sousa Franco tentava dar o seu máximo para que esta fosse uma campanha alegre”.

António José Seguro

“Em vários depoimentos que já ouvi, duas palavras me tocaram especialmente – era um homem bom. Era-o, de facto. Sei bem que tinha um feito exigente. Era, no entanto, muito recto e fazia da justiça a sua regra fundamental. Exasperava-se com a deslealdade”.

Guilherme d'Oliveira Martins

“Contrariamente a uma certa imagem de rispidez, era um homem muito afável que estava na política como na vida: com dignidade e verticalidade”.

António Arnaut

“A morte de Sousa Franco é um acontecimento trágico que deixa um grande vazio”.

António Vitorino

“Era um homem caloroso, com uma enorme alegria de viver, cheio de projectos, uma inteligência invulgar e penetrante. É, de facto, uma grande perda”.

Francisco Assis

“No meio de um desacato absurdo, ele sorria, procurando espalhar a razão, a serenidade e a decência, valores com os quais ele se bateu ao longo da sua vida”.

José Magalhães

“Faleceu um homem recto e um defensor da democracia e da Europa social”.

UGT em comunicado

“As dramáticas circunstâncias do seu falecimento são um motivo de orgulho, porque morreu enquanto defendia a causa do socialismo e da Europa”

Enrique Barón – Presidente do Grupo Socialista Europeu no PE

“A morte súbita e trágica de Sousa Franco deixa-me profundamente consternado. Fizemos muito boa amizade”.

Mota Amaral – Presidente da Assembleia da República

“O professor Sousa Franco era um católico convicto e era uma das pessoas mais bem preparadas e mais conscientes daquilo que é a missão do leigo no mundo”.

D. José Policarpo – Cardeal-Patriarca de Lisboa

“Era uma pessoa de extrema capacidade humana, de extrema inteligência, de extrema generosidade, que o matou por se ter envolvido nesta campanha eleitoral em que foi profundamente atacado, injustamente e miseravelmente atacado. É uma perda nacional”

Jorge Miranda – Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Lisboa

“As altíssimas qualidades do professor Sousa Franco revelavam-se a cada conversa, a cada gesto, a cada definição estratégica. Ele era não apenas um homem que cultivava a justiça, mas que tinha também um elevado sentido de justiça”.

José Barata Moura – Reitor da Universidade de Lisboa

“Portugal perdeu um cidadão esclarecido e eu um grande amigo e colega desde há 40 anos”.

Freitas do Amaral – ex-presidente da Assembleia Geral da ONU

“Saber que perdemos um homem de tanta integridade deixa uma ferida muito grande”.

Maria de Lourdes Pintasilgo – ex-primeira-ministra

“É um dia triste porque morreu um homem bom”.

Deus Pinheiro – Cabeça de lista pela coligação PSD/PP às europeias

“É uma perda inesperada que lamento”.

Ilda Figueiredo – Cabeça de lista da CDU às europeias

“O professor Sousa Franco era um democrata insígnio, era um pensador livre, era um homem independente e era um académico de grande relevo neste país. Infelizmente não terei a oportunidade de o conhecer melhor”.

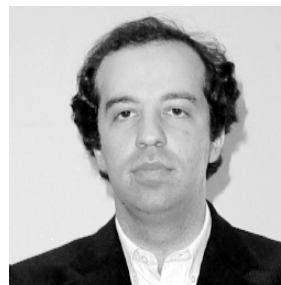
Miguel Portas – Cabeça de lista do BE às europeias

As estruturas regionais, federativas, concelhias locais e da emigração do PS lamentaram também a morte do cabeça de lista do PS às eleições europeias, Sousa Franco, que destacam como “um exemplo para muitos dirigentes” políticos.

O País relativo

13 DE JUNHO

Os socialistas não podem deixar que a mobilização dos seus eleitores fique exclusivamente dependente de factores externos, como acontecimentos trágicos, conjunturas económicas e erros de gestão política do Governo de direita



FILIPE NUNES

No último ano, a generalidade dos comentadores políticos anunciou morte política de Eduardo Ferro Rodrigues. Já se conhecia o desfasamento entre opinião pública e opinião publicada, mas nunca se pensou que tivesse esta dimensão. No dia 13 de Junho o PS de Ferro Rodrigues obteve uma vitória esmagadora. Foi o melhor resultado de sempre do Partido Socialista, após um ano marcado por uma acumulação de acontecimentos absurdos sem paralelo na história ou na política comparada. Está à vista que as consequências desses acontecimentos foram mais psicológicas, mediáticas, do que propriamente sociológicas. E não há dúvida que Ferro Rodrigues revelou uma capacidade de resistência psicológica notável. Como dizia “A Capital”, com uma fotografia de Ferro a ilustrar, «As notícias da minha morte eram manifestamente exageradas».

Mas igualmente exageradas podem ser as notícias que dão como certa uma vitória do PS nas próximas eleições legislativas. O 13 de Junho foi apenas o primeiro – e importante – dia do resto da vida do PS; um dia que não nos deve impedir de analisar as diversas variáveis com atenção.

Em primeiro lugar, a tão falada abstenção. É evidente que, ao contrário do que disse o dr. Portas, antigo director dos estudos eleitorais da Moderna, esta taxa de abstenção não é «histórica»; «histórica» é a derrota da direita. O nível de participação eleitoral verificado é em tudo idêntico ao verificado em eleições europeias anteriores e pouco acima da média registada no conjunto dos países da UE. Também não é verdade que os abstencionistas sejam eleitores da direita que não chegaram a tempo de ir votar. Vários estudos de opinião indicavam que não existia uma «reserva» de eleitores de direita entre os indecisos ou potenciais abstencionistas. Pelo contrário, o «núcleo duro» da direita até estava mais mobilizado do que o da esquerda. Só com estudos pós-eleitorais poderemos conhecer ao certo o que motivou o comportamento dos portugueses no domingo. Mas, politicamente, uma coisa é certa: os socialistas não podem deixar que a mobilização dos seus eleitores fique exclusivamente dependente de factores externos, como acontecimentos trágicos, conjunturas económicas e erros de gestão política do Governo de direita.

Para consolidar o resultado das europeias e mobilizar os abstencionistas de esquerda, o PS deve tornar claras as suas diferenças em relação à coligação de direita. De facto, «se tudo é igual, para quê ir votar?», perguntarão alguns desiludidos. E não se trata aqui de alimentar polémicas estérteis entre «viragens» à esquerda ou à direita, de temas fracturantes ou de pactos de regime, tão do agrado dos comentadores. Trata-se de fazer com que, independentemente das conjunturas, os eleitores identifiquem o PS com determinadas prioridades políticas, como tão bem conseguiu o professor Sousa Franco nesta campanha. O combate ao desemprego, a justiça fiscal, a segurança interna e externa ou a defesa dos serviços públicos – ou seja, os temas que preocupam os portugueses – devem continuar na agenda do PS. É esse o grande desafio para os próximos dois anos: mobilizar os eleitores em torno de propostas fortes e preparadas com seriedade.

Para enfrentar com sucesso este desafio, é fundamental a organização do partido e o diálogo das suas estruturas com a sociedade. Ora, neste aspecto, o que sucedeu na lota de Matosinhos mostra bem que é uma ilusão pensar que se pode voltar ao poder sem renovar a forma de fazer política no partido. O PS tem hoje os estatutos mais democráticos e modernos do sistema partidário português. Há, pois, que capitalizar o potencial do gabinete de estudos, dos clubes de política e de muita gente que quer colaborar com o PS para o próximo programa de governo. O pior que podia acontecer era reproduzirmos erros do passado, deixar andar, organizar comissões de honra ou encontros com independentes apenas para fazer um número de televisão. É essencial assegurar um diálogo com a sociedade vai ser continuado e organizado. Para que o 13 de Junho se possa repetir.

JACINTO SERRÃO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

"ROMPER A TEIA DE INTERESSES"

O PS inscreveu no seu programa de Governo para a Região Autónoma da Madeira uma nova geração de políticas capaz de "gerar o sobressalto cívico que a Madeira e o Porto Santo necessitam". A garantia é de Jacinto Serrão, para quem "o regime na Madeira ainda tem alguns tiques da ditadura".

Na entrevista que concede ao "Acção Socialista", o líder do PS/Madeira acusa o Governo Regional de má gestão dos recursos públicos e de não combater "os desperdícios, a corrupção e a fraude". Para a região, defende soluções que dêem resposta ao problema da pobreza, mais de 25 por cento da população, e que permitam um novo modelo de desenvolvimento assente na qualificação das pessoas.

Como interpreta os resultados das europeias?

Estamos perante uma vitória retumbante do PS que se apresentou com um projecto genuinamente socialista, derrotando por uma expressiva e inequívoca margem a direita unida. Os resultados obtidos são motivo de alento e um factor que deve mobilizar todo o PS para os próximos desafios nacionais, bem como um sinal claro de que os portugueses olham para o PS como uma real alternativa.

E em relação à Madeira?

Na Madeira o PS obteve o melhor resultado de sempre em eleições europeias, 30,6 por cento, e um dos melhores no que respeita a outros actos eleitorais. Tendo em conta as circunstâncias políticas existentes na Madeira, que todos os portugueses conhecem, estes resultados são um bom prenúncio para as próximas eleições regionais. Neste quadro, os socialistas da Madeira estão assim ainda mais animados e determinados para o difícil combate que iremos travar nas regionais.

Quais as expectativas do PS para as próximas eleições regionais na Madeira?

Quando entro em campo é para ganhar. Nos inúmeros contactos que temos tido com a população, as pessoas estão a depositar confiança em nós, o que nos leva a crer que vamos ter o melhor resultado de sempre em eleições regionais. Quanto à dimensão desse resultado vamos esperar para ver.

Nas próximas regionais qual deve ser a linha de combate político a um poder instalado há três décadas?

O nosso combate político será aos problemas e não às pessoas. Somos

oposição aos problemas que se foram amontoando ao longo de 30 anos e que se revelaram insolúveis nas mãos dos "laranjas locais".

O poder na RAM vive muito na base dos insultos e da desqualificação da oposição. Quais as considerações que lhe merecem esta forma de fazer política?

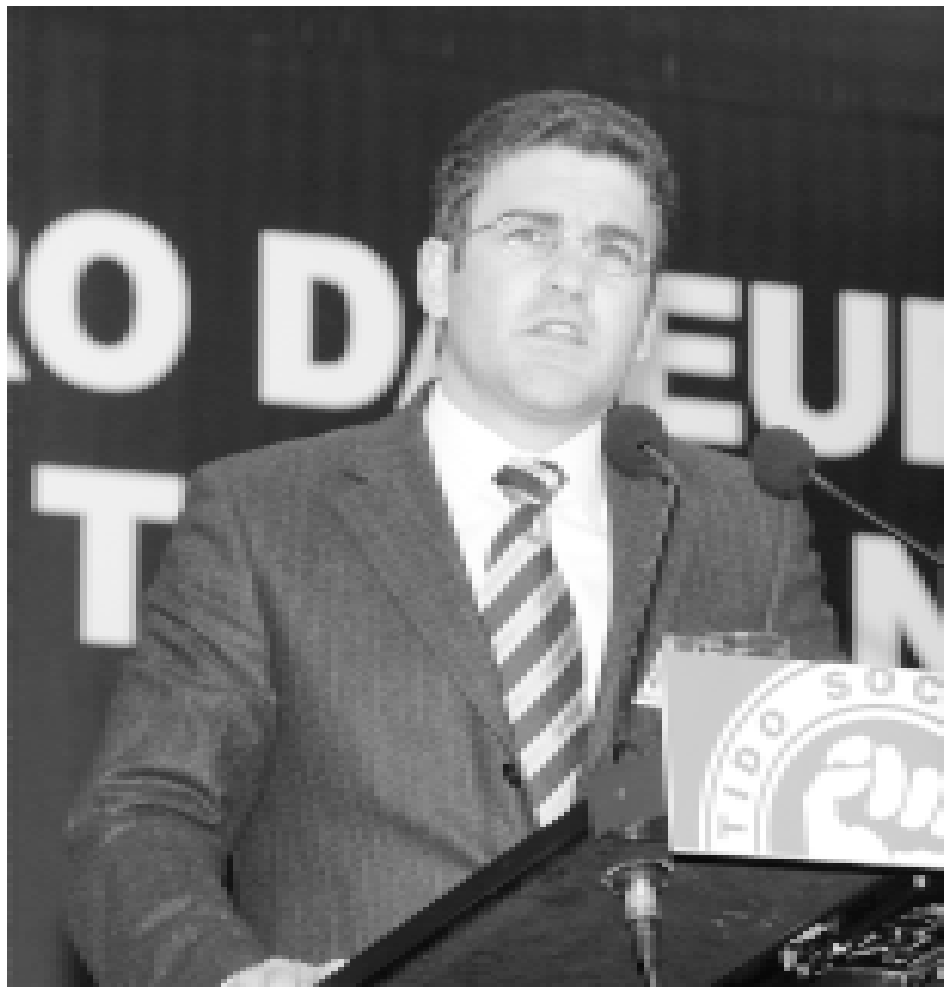
Repudiamos essa degradante forma de fazer política. Trata-se de uma tática velha e gasta, que serve para distrair a população dos seus reais problemas com o "forrobodó" político que caracteriza a direita na Região.

E as sistemáticas chantagens que se exercem sobre o chamado "Terreiro do Paço"?

Só se deixa chantagear quem quiser. O líder local do PSD-M já deu provas que faz jus ao ditado: "Cão que ladra não morde". Faz barulho por tudo e por nada, só para amedrontar a classe política de Lisboa, mas quando não lhe dão o que ele quer, enfia o "rabo entre as pernas". Vimos isso mesmo nos últimos dois Orçamentos de Estado e na imposição do endividamento zero para a Região. Na Lei das Finanças Regionais que não foi respeitada. Na revisão constitucional em que os "laranjas locais" não tiveram poder negocial junto da coligação para fazer valer os seus pontos de vista no que diz respeito às Autonomias.

O discurso separatista de alguns dirigentes do PSD/M tem alguma correspondência com o sentir dos eleitores, ou é antes outra forma de chatagem?

Eles sempre cultivaram o separatismo nacional para conseguir dois intentos: o primeiro é o do inimigo externo para assustar a população contra pseudo-



fantasmas. O segundo tem a ver com a questão anterior, chantagem para verificar se Lisboa se deixa chantagear.

Quanto à população, nalgumas franjas, menos preparadas, acaba por surtir efeito.

A defesa exacerbada do regionalismo madeirense feita pelo PSD/M não é uma forma de nacionalismo bacoco para consumo interno?

Com certeza. Esta teoria está na génese dos que ainda não aprenderam a escola da democracia. O regime, na Madeira, ainda tem alguns tiques da ditadura. O actual presidente do Governo antes do 25 de Abril defendia, nos seus escritos no "Tribuna Livre", o salazarismo/marcelismo.

O que fazer para tornar a alternância democrática no arquipélago uma realidade?

É preciso completar a Democracia na Região e que só ficará completa quando houver alternância. O PS está a trabalhar nesse sentido, é necessário alguma criatividade para romper a teia de interesses particulares e de controlo da informação. É preciso fazer chegar à população a nossa mensagem e o nosso projecto para governar a Região. Só assim vamos gerar uma relação de confiança com o eleitorado.

É necessário que os madeirenses e porto-santenses conheçam a realidade social, cultural e económica da Região e não a informação manipulada pelo regime.

Do seu ponto de vista, aonde é que o Governo Regional mais falhado?

O Governo Regional tem feito uma má gestão dos recursos públicos. Não combate os desperdícios, a corrupção e a fraude. Também a aposta quase exclusivamente no "betão" que se mostrou rentável na formação de clientelas que gravitam em torno do poder instalado, resultou inevitavelmente na criação de profundas assimetrias sociais e económicas e na exclusão de uma grande parte da população. Mas, sobretudo, retirou sustentabilidade ao processo de desenvolvimento e diminuiu o potencial de crescimento da Região.

Tudo é feito em função de interesses clientelares e dos calendários eleitorais.

Como comenta a afirmação de um destacado dirigente nacional do PSD, no último Congresso dos sociais-democratas madeirenses, que desejava que todo o Portugal se transformasse numa imensa Madeira?

É uma afirmação irresponsável, conta-

minada pelo "vírus jardinista", que revela ignorância sobre a realidade da Madeira. Para além dum controlo político já evidenciado, este modelo "jardinista" tem determinadas características que explicam os sucessos eleitorais e que seriam impraticáveis no território nacional, tais como, recursos financeiros ilimitados sem qualquer constrangimento de decisão económica e a ausência do ónus da arrecadação fiscal.

Apesar do dinheiro investido em infra-estruturas, persiste, além do défice democrático, um enorme défice social que nunca foi colmatado. Quais são as propostas do PS nesta área para os madeirenses?

Na Região mais de 25 por cento da população vive com extremas dificuldades. E, é necessário, a curto prazo, encontrar uma solução que dê resposta à pobreza na Região e que passa por uma ginástica orçamental. Por outro lado, a médio e a longo prazo, é necessário um novo modelo de desenvolvimento voltado para as pessoas e a sua qualificação, para que o nosso capital humano seja um factor de competitividade da nossa economia.

Como comenta a ideia de que o actual modelo de desenvolvimento

SES"



É necessário que os madeirenses e porto-santenses conheçam a realidade social, cultural e económica da Região e não a informação manipulada pelo regime.

assente em infra-estruturas está esgotado?

O modelo de desenvolvimento deste Governo enfrenta fortes factores de bloqueio e de esgotamento. Na base da injeção de meios financeiros externos o desenvolvimento económico da Região alicerça-se nas grandes obras públicas que inevitavelmente terão um fim. Além disso descaram-se outras vertentes de grandes potencialidades da nossa economia.

Do ponto de vista da economia qual o modelo que o PS propõe aos eleitores?

O modelo económico-social deverá assentar sobre três pilares: Prioridade absoluta às pessoas e à sua valorização.

Prioridade à competitividade da nossa economia e ao emprego, na orientação das políticas económicas e sociais. Prioridade à coesão social e ao combate à pobreza e a todas as formas de exclusão social.

Qual a sua análise em relação à última revisão constitucional, mormente no que respeita à ampliação dos poderes próprios das regiões autónomas?

Positiva. Neste processo o PS foi o partido que se revelou mais autonomista no aspecto dos partidos nacionais e acabamos com o pseudo-paternalismo do PSD em relação às Autonomias. Conseguimos mais poderes para as Assembleias Regionais para melhor responder às nossas especificidades. Clarificamos as relações entre o Estado e as Regiões e a competência legislativa das Assembleias Regionais.

Por que razões devem os madeirenses votar PS nas regionais deste ano?

Os madeirenses precisam do PS. Temos uma "nova geração de políticas", um programa de governo credível e politicamente estimulante, capaz de gerar o "sobressalto cívico" que a Madeira e o Porto Santo necessitam.

Breves

CONCELHIAS

O presidente da **Concelhia do PS/Lisboa** acusou o executivo da câmara alfacinha de ligeireza na governação da cidade, considerando como prova a recusa do visto, pelo Tribunal de Contas, da empreitada de demolição parcial dos edifícios na Rua das Açucenas (Ajuda). Para Miguel Coelho, "esta é a demonstração clara que as grandes decisões do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Pedro Santana Lopes, são uma grande trapalhada".

SECÇÕES

O **PS da ilha de S. Miguel** acusou o Governo central de atrasar a execução do programa do Executivo açoriano de erradicação de barracas, privilegiando o apoio a projectos de municípios do PSD para resolver situações menos graves.

Numa conferência de Imprensa em Ponta Delgada, Ricardo Silva, porta-voz dos socialistas na maior ilha açoriana, precisou que enquanto Lisboa "mantém parado" desde Janeiro de 2003 o processo de financiamento do Instituto Nacional de Habitação à construção de 164 moradias para realojamentos em S. Miguel, Santa Maria e Faial, assinou no dia de publicação do diploma com as regras do Prohabita, projectos que municípios laranja candidataram ao novo programa.

Realizou-se no passado dia 3 de Junho um jantar comemorativo dos 30 anos da **Secção de Campo de Ourique**, num restaurante da capital, que contou com a presença de centena e meia militantes, entre os quais Rui Cunha, Joaquim Raposo, Miguel Coelho e João Soares.

Impossibilitados de estar presentes, Ferro Rodrigues e António José Seguro fizeram questão de enviar mensagens de solidariedade e apreço pelo trabalho desenvolvido por esta estrutura socialista.

AUTARQUIAS

Carlos Beato, **presidente da Câmara Municipal de Grândola**, considerou "intolerável" que a CP tenha decidido suspender, sem qualquer aviso prévio, a paragem diária de três comboios naquela vila.

"O que se passa é inqualificável e vou até às últimas consequências para alterar esta suspensão dos comboios, que prejudicam a população", advertiu o autarca socialista.

Os **vereadores do PS na Câmara do Porto** desafiaram Rui Rio a divulgar quanto tem custado a gestão PSD/PP nestes dois últimos anos, como resposta às críticas do autarca laranja à liderança de Nuno Cardoso.

"Se é para avaliar os custos de opções políticas, como o senhor presidente quer, então vamos avaliá-los todos", afirmou Isabel Oneto, vereadora do PS, em declarações aos jornalistas na final duma reunião do executivo municipal.

AGENDA PS

SECRETÁRIO-GERAL

17 de Junho – Ferro Rodrigues, acompanhado por Ana Gomes, participa numa reunião de líderes do Partido Socialista Europeu, em Bruxelas.

GRUPO PARLAMENTAR

16 de Junho – Um projecto de lei do PS sobre direitos de associação dos profissionais da GNR figura na agenda parlamentar no dia de reabertura da Assembleia da República.

17 de Junho – O Parlamento debate um diploma do GP/PS sobre autoridades reguladoras e independentes nos domínios económico e financeiro.

CONCELHIAS

18 de Junho – 20h30 – Reunião da Comissão Política Concelhia do PS/Tomar.

www.ps.pt

CONTRA-REFORMA SOCIAL DO GOVERNO

MISTURA EXPLOSIVA DE CONSERVADORISMO SOCIAL, NEOLIBERALISMO E POPULISMO

A contra-reforma social levada a cabo pelo Governo tem como consequência a perda de direitos em todos os domínios. Apresentando-se forte com os mais fracos, corta nos subsídios de doença e de desemprego, além de limitar o acesso ao rendimento mínimo. E o novo Código do Trabalho precariza ainda mais as relações laborais.

Esta política é, no entender de Pedro Adão e Silva, uma "mistura explosiva entre populismo político, conservadorismo social e neoliberalismo político, juntando o pior destes três mundos". Conservadorismo social "na visão caritativa que tem sobre as políticas de solidariedade", e populismo político "porque em todas as medidas mobiliza os sentimentos mais negativos da população em relação a quem beneficia de direitos legítimos conferidos pelo Estado", sublinha Pedro Adão e Silva. Segundo o dirigente do PS, a política executada por Bagão Félix tem ainda como marca o neoliberalismo, porque "tem das políticas sociais a visão de que elas devem garantir os mínimos, e deve ser o mercado do trabalho a conferir bem-estar, o que todos sabemos que por si só não acontece".

Trata-se de um caldo onde se misturam opções políticas erradas e uma insensibilidade total para com os mais fracos que tem diversificados exemplos. Quanto ao novo regime de subsídio de doença, uma das muitas medidas inseridas na contra-reforma social levada a cabo por Bagão Félix, visa dois objetivos: diminuir despesas e retirar direitos. Trata-se de uma alteração das regras de atribuição do subsídio de doença que se concretiza na diminuição em 15 por cento do montante até então em vigor nas baixas até 30 dias, passando de 65 por cento da remuneração de referência para 55 por cento, e de 10 por cento nas baixas entre 30 e 90 dias. Só as baixas de 181 a 270 dias e de mais de 365 dias, uma ínfima parte, sofrem um aumento de 5 por cento.

Segundo o novo regime, um trabalhador com um salário de referência de 634 euros, se estiver de baixa até 30 dias, vê a sua prestação diminuir de 412 para 348 euros, enquanto nas baixas entre 30 e 90 dias passa a receber 1.109,10 euros, contra 1.236,30 euros que recebia no anterior regime.

Deste modo, conclui-se que como 80 por cento das baixas são até 90 dias, a esmagadora maioria dos trabalhadores vê o seu rendimento diminuído, alguns de forma brutal, particularmente aqueles que têm salário de referência

inferior a 500 euros.

De salientar que a generalidade dos trabalhadores só ao fim de 210 dias é que não perdem rendimento com o novo sistema, o que corresponde a menos de 10 por cento das baixas.

A política governamental em vez de combater, como lhe compete, a fraude, ataca os doentes, reduzindo-lhes o rendimento disponível.

Mas o novo regime de subsídio de doença é também uma medida fortemente marcada pela desigualdade do género, uma vez que as mulheres são as mais penalizadas.

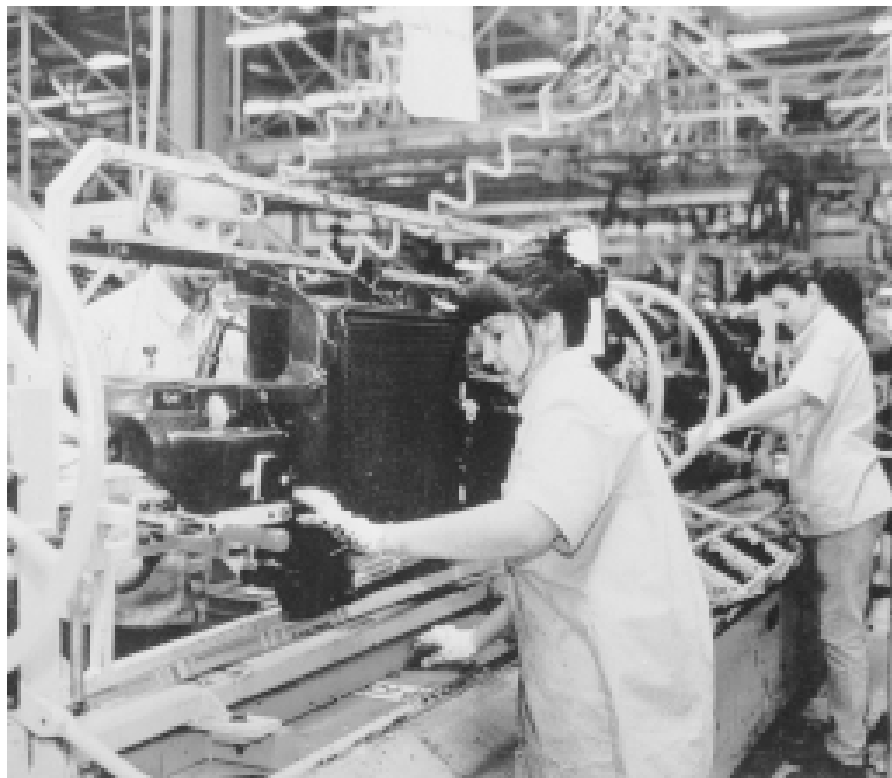
Em Portugal, recorde-se, as mulheres têm um nível médio salarial inferior a cerca de 30 por cento ao auferido pelos homens, o que explica os fracos índices de trabalho a tempo parcial, já que os rendimentos são baixos e, como tal, indispensáveis na sua totalidade.

Na saúde prossegue-se uma política sistemática de confronto com os trabalhadores, recorre-se à partidarização da gestão das unidades de saúde e à empresarialização dos hospitais, o que põe em causa o serviço nacional de saúde universal e tendencialmente gratuito.

Quanto ao Rendimento Mínimo Garantido, uma das marcas indelévels da governação socialista no combate à exclusão, o actual Governo, sem coragem para o eliminar como pretendia, rebaptizou-o de Rendimento Social de Inserção. Em dois anos de paralisia e de dois vetos — um constitucional e outro político — assistiu-se a uma redução da protecção social aos jovens em situação de pobreza, sem nenhum ganho para a sustentabilidade financeira da Segurança Social. Retrocede-se no presente e dificulta-se o futuro.

Desemprego sobe em flecha

Os desempregados, em particular, foram um dos alvos preferenciais de ataque do Governo que não hesitou em avançar com um novo regime do subsídio de desemprego. Também aqui a lógica é reduzir direitos e diminuir a despesa. Quando o Governo tomou posse em Abril de 2002, o IEFEP registava a existência



de 334.714 desempregados, enquanto em Abril passado o mesmo instituto tinha inscritos 464.056 desempregados, ou seja, mais 127.342 em apenas dois anos. Cinco vezes mais do que a média comunitária.

Face a este quadro, quando se esperavam medidas de aprofundamento e aperfeiçoamento do modelo de protecção dos desempregados, que crescem à média de 254 por dia, o Governo faz precisamente o contrário, com o ministro Bagão Félix mais uma vez a tentar vender gato por lebre, por detrás de um discurso pseudo-moralista. Em vez de reprimir o trabalho clandestino e atacar as causas do desemprego através de políticas activas de emprego, como lhe compete, a escolha do Governo é tão incrível quanto inaceitável do ponto de vista social e civilizacional: diminui a protecção dos desempregados e intromete-se nas relações entre empregadores e trabalhadores ao reduzir as indemnizações por despedimento e tentar, nalguns casos, fazê-las absorver parcialmente pelo subsídio de desemprego.

"Numa altura em que nos aproximamos a passos violentos do meio milhão de desempregados, o Governo, em vez de responder ao problema, opta por fazer alterações ao subsídio de desemprego que visam, simultaneamente, diminuir direitos e desincentivar o esforço contributivo dos trabalhadores", sublinha Pedro Adão e Silva.

Mas, antes dos desempregados, já o

Governo tinha lançado um forte ataque aos direitos dos trabalhadores, através da aprovação de um Código do Trabalho ferido de diversas inconstitucionalidades e que visa no fundamental retirar direitos fundamentais aos trabalhadores e suas organizações, manietar a contratação colectiva de trabalho e precarizar ainda mais as relações laborais.

Com este diploma aprovado pela maioria de direita e já em vigor, tudo aponta para que dentro de um ano sejam postos em causa boa parte dos direitos contratuais adquiridos pelos trabalhadores, o que colocará os sindicatos perante cenários de negociação muito desfavoráveis.

Às más soluções impostas pelo Código do Trabalho junta-se agora uma proposta de regulamentação que consagra opções inadequadas e, nalguns pontos, piora o mal que já estava feito.

Esta proposta de regulamentação, aprovada pela maioria de direita, para além de conter aspectos de duvidosa constitucionalidade, deixa por resolver parte dos problemas colocados pelo Código do Trabalho, de que derivam três questões principais: inadequação sistemática, a vastidão excessiva da legislação e lacunas regulamentares de indiscutível relevância.

Precarização forçada na Administração Pública

Defensor de uma economia sujeita às regras

cegas do mercado, da redução do papel do Estado, da desregulamentação e de cortes nos direitos sociais, o Governo prosseguiu ao longo de dois anos uma política de destruição dos serviços públicos, com implementação de uma pseudo-reforma contra os trabalhadores da Administração Pública, quer em termos de condições de trabalho quer de reformas. A possibilidade do recurso ao despedimento colectivo, a legitimação da extinção de postos de trabalho, a imposição da transferência do trabalhador sem o seu consentimento, a consagração da nulidade dos contratos de trabalho por preterição de requisitos, condições ou formalidades na contratação ou a proibição absoluta da conversão dos contratos a termo em contratos por tempo indeterminado e a introdução do regime do contrato individual de trabalho são alguns dos aspectos constantes do diploma aprovado pela maioria PSD/PP que conferem menor protecção aos trabalhadores da Administração Pública e põem em causa direitos e garantias constitucionalmente protegidos.

Trata-se de uma política de precarização forçada, com menos concursos e mais nomeações e congelamento salarial, num clima de autismo do Governo e ausência de diálogo.

Desregulação laboral

Mas, para que o arco do ataque aos direitos dos trabalhadores ficasse

ERVADORISMO,

O

completo faltava legislar sobre o trabalho temporário. Assim, o Ministério da Segurança Social e do Trabalho apresentou recentemente um anteprojecto onde propõe que a subcontratação de pessoas a empresas de trabalho temporário possa ser feita sem prazo definido, ou seja, com contratos sem prazo.

Este anteprojecto do Governo, que já mereceu viva contestação do PS e das centrais sindicais, é inconstitucional, injusto e agudiza uma situação precária dos trabalhadores.

O diploma consiste numa nova precarização brutal e anticonstitucional dos contratos de trabalho, tornando eterna a situação dos trabalhadores e tempo incerto, debaixo da alçada das empresas de trabalho temporário.

Trata-se ainda de um anteprojecto que serve os interesses de algumas multinacionais, pretendendo fazer dos trabalhadores portugueses uma mão-de-obra de aluguer à permanente disposição de qualquer empregador, em total violação da Constituição e ao arripio do modelo social europeu.

Salários crescem muito abaixo da inflação

No plano laboral, o Governo pratica assim uma política de desregulação e flexibilização, socialmente injusta e economicamente suicidária, em vez de apostar na qualificação dos recursos humanos, no crescimento sustentado,

na promoção de políticas activas de emprego e no cumprimento da Estratégia de Lisboa.

Outro exemplo de que a aliança Durão Barroso e Paulo Portas — feita para servir com mais eficácia os interesses dos sectores mais conservadores e retrógrados da nossa sociedade — tem como imagem de marca ser sempre forte com os mais fracos e fraca com os mais fortes, foi o aumento de 2,5 por cento este ano do salário mínimo, inferior à inflação, representando o segundo ano consecutivo em que os trabalhadores mais mal pagos perdem poder de compra. “Um aumento que é insultuoso para os que com ele sobrevivem”, refere o dirigente do PS Pedro Adão e Silva.

Depois de ao longo dos seis anos dos governos do PS o salário mínimo ter subido acima da inflação, o Governo de direita mostra assim que está empenhado em destruir o verdadeiro significado deste salário: uma defesa dos mais frágeis e desfavorecidos entre os trabalhadores.

Esta prática política do Governo leva ainda a concluir que a convergência das pensões com o salário mínimo tão propagandeada por feiras e mercados é, afinal, a redução do poder de compra do salário mínimo: aquelas sobem menos que na legislatura anterior e este reduz-se, quando antes subia.

Recorde-se, a propósito, que antes do alargamento a 25, Portugal tinha o salário mínimo mais baixo da União Europeia.

A política socioeconómica do Governo Durão/Portas é isto: mais para os fortes, menos para quem mais precisa.

Menos emprego, mais desemprego, menos protecção social na doença e no desemprego, contratação colectiva de trabalho bloqueada, redução do poder de compra do salário mínimo nacional e dos salários contratuais, precarização extrema das relações de trabalho na Administração Pública, políticas de emprego sem capacidade de reacção ao aumento exponencial do desemprego, é este o triste balanço de dois anos a governar contra os trabalhadores e os sectores mais vulneráveis da nossa sociedade, no quadro de uma política que tem uma obsessão, o défice, e uma cartilha, a sociedade de mercado e as virtualidades da “mão invisível”.

Face a esta contra-reforma social global, o dirigente socialista Pedro Adão e Silva não tem dúvidas em salientar que “o que tem sido feito representa um grande retrocesso e afastamento do modelo social europeu e da prática política seguida nos países da União, com graves consequências traduzidas no aumento das desigualdades, maior fragilização dos direitos dos trabalhadores e erosão de um Estado-Providência nos seus alicerces”.

Assim, quando o PS voltar a ser Governo, terá que reconstruir sobre escombros as políticas sociais entretanto desmanteladas.

J. C. CASTELO BRANCO

TRÊS PERGUNTAS A JOÃO PROENÇA

OBJECTIVOS DO TRABALHO TEMPORÁRIO SUBVERTIDOS PELO GOVERNO



A Tendência Sindical Socialista “rejeita” completamente o regime do contrato trabalho temporário que o Governo pretende instituir, porque além de ir “contra o nosso quadro constitucional”, subverte os objectivos do conceito e tem inscrito na sua matriz a “vontade de precarizar, desregular e desproteger”.

Qual a posição da Tendência Sindical Socialista em relação ao anteprojecto apresentado pelo Governo do regime do trabalho temporário, onde se prevê que os contratos possam ser celebrados sem prazo definido?

O projecto de diploma apresentado pelo Governo subverte completamente os objectivos do trabalho temporário, que foi criado para satisfação de necessidades de curta duração, que não justificam o recurso a operações de recrutamento, nomeadamente para usar contratos a prazo. Ora, o Governo confunde trabalho temporário com contratos a prazo e prevê mesmo a figura do contrato sem duração definida que pode ser para toda a vida. Trata-se aqui não só de uma subversão do conceito, como também de uma situação insustentável ao colocar os trabalhadores perante uma situação de trabalho que pode acabar a qualquer momento.

Por isso, a nossa atitude perante este projecto é de completa rejeição. A revisão da legislação em vigor deve visar fundamentalmente o combate a todas as formas de ilegalidade, que se vêm multiplicando: a maior parte das empresas de trabalho temporário não estão sequer registadas como obriga a lei, como vêm denunciando as próprias associações do sector; existem empresas que foram apenas criadas para servir outras empresas do mesmo grupo, o que é uma autêntica fraude; não são respeitadas várias disposições da lei, nomeadamente o direito de formação dos trabalhadores; etc.

Em vez disto o Governo pretende é generalizar o trabalho temporário, que em vez de excepcional passe a poder ser utilizado generalizadamente e que, violência das violências, pretende abranger todos os jovens e desempregados de longa duração, independentemente do tipo de trabalho.

Esta é uma medida para flexibilizar o mercado de trabalho e criar mais emprego, como pretende o Governo, ou não passa de mais uma forma de precarização?

O trabalho temporário é por definição uma forma de trabalho especialmente precário, que por isso exige medidas de protecção dos trabalhadores. É esse o sentido da legislação actual, que deve ser melhorada. Não é esse o sentido da legislação proposta que pretende claramente acabar com o trabalho permanente e tornar mesmo dispensáveis os contratos a prazo. Por isso está totalmente ao arripio das preocupações europeias na matéria. Não somos contra o trabalho temporário que pode responder a necessidades temporárias das empresas, mas as preocupações do legislador têm que ser grandes, para que os trabalhadores abrangidos não vejam violados os seus direitos. Foi este, aliás, o sentido das alterações introduzidas pelas Leis de 1996 e 1999.

Não é este o espírito deste Governo que neste primeiro projecto de legislação especial após o Código de Trabalho demonstra bem a sua vontade de precarizar, desregular, desproteger.

Comunga da opinião de que estamos perante um diploma claramente inconstitucional?

Este projecto de diploma vai contra o nosso quadro constitucional de protecção dos trabalhadores e de garantia do direito ao trabalho. Este Governo legisla permanentemente nos limites constitucionais e muitas vezes tem mesmo tentado alterações em violação da Constituição. Parece-nos ser este o conteúdo claro deste projecto, também por isso insustentável e inaceitável e que põe em causa direitos fundamentais dos trabalhadores e o próprio conteúdo do modelo social europeu.



10 DE JUNHO

SAMPAIO APELA À SOLIDARIEDADE NACIONAL

Renovados apelos à coesão nacional, à solidariedade e ao empenhamento individual na superação das dificuldades trazidas por uma crise económica que se arrasta há mais de dois anos marcaram a mensagem do Presidente da República no Dia de Portugal.

Jorge Sampaio elegeu a cidade de Bragança, onde decorreram as comemorações do 10 de Junho, como exemplo da mensagem de confiança que pretendia deixar ao país.

"Falo dos problemas e desafios a partir de Bragança, que está habituada a vencer uns e a enfrentar outros", disse.

No início da sua intervenção, o chefe de Estado pediu um minuto de silêncio em memória do professor António de Sousa Franco, que faleceu no passado dia 9, e do deputado comunista Lino de Carvalho, que morreu no dia a seguir.

De seguida, Jorge Sampaio explicou as razões da escolha de Bragança para levar ao cabo as comemorações oficiais do Dia de Portugal, explicando que se trata de uma cidade do interior mais profundo com manifestos problemas de acessibilidades, e também por ser preocupação do seu mandato lutar contras assimetrias.

Sampaio assinalou, no entanto, as "surpresas" que tem encontrado na forma como Bragança vai "talhando lentamente e seguramente o seu futuro".

O Presidente considerou existir na região aquilo que não se cansa de pedir: iniciativa própria, sublinhando também a posição



geográfica desta cidade fronteiriça, "que tem na chamada cooperação trans-fronteiriça um caminho" que, "ainda por cima, vai continuar a ser estimulado pela União Europeia".

Jorge Sampaio disse esperar ainda que a

sua "ida às raízes, a esta forte identidade que são os transmontanos, seja também mais um estímulo, mesmo nos momentos mais difíceis".

O Presidente frisou "o esforço e o trabalho que a Região de Trás-os-Montes tão bem

conhece para superar as dificuldades".

"É este exemplo que quero apontar ao País, pois ele encerra uma dupla mensagem fundamental: a de que não podemos esquecer a solidariedade e, ao mesmo tempo, a de que nenhuma ajuda nos pode dispensar de fazer o que são a nossa responsabilidade e o nosso dever", sublinhou.

Jorge Sampaio deixou também uma mensagem de apoio "aos muitos portugueses para quem a vida se tornou ainda mais dura e exigente, num tempo que não é de facilidade".

"Quero que saibam que não vos esqueço. Quaisquer que sejam as dificuldades a vencer, não podemos perder a coesão nacional e o sentido nacional de comunidade", afirmou, recuperando também, no Dia de Portugal, a mensagem que dirigiu ao país no 25 de Abril e algumas das preocupações que expressou então, como a falta de qualificação, investimento na educação e a necessidade de uma economia mais inovadora.

As eleições europeias constituíram também um ponto importante no discurso do Presidente da República, que reforçou o seu apelo aos portugueses para que votassem no passado dia 13 e fez referências à crucialidade da adesão de Portugal à União Europeia.

"A votação no domingo é significativa porque, antes de ser pela Europa, é uma votação por Portugal," disse Sampaio, que destacou "os momentos que serão vividos no contexto europeu e que terão incidência no nosso país".

"Basta pensar que os fundos estruturais, de que toda a gente tem beneficiado em Portugal, são decididos no Parlamento Europeu, depois de propostas do Conselho e da Comissão Europeia", declarou, frisando que, "só isso, é significativo da importância que tem o Parlamento Europeu".

Ferro Rodrigues não esteve presente nas cerimónias comemorativas do 10 de Junho devido ao luto pela morte do professor Sousa Franco.

SEIXAS DA COSTA CONDECORADO

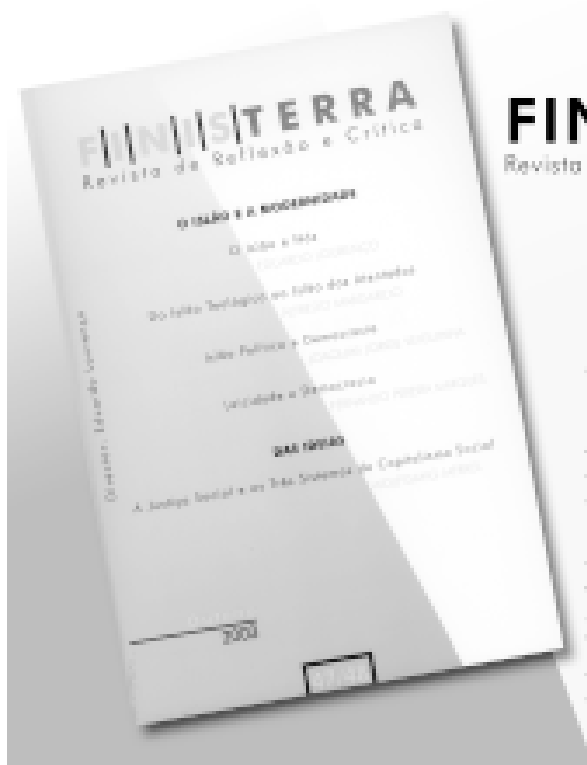
No âmbito das comemorações do 10 de Junho, o Presidente da República condecorou, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, o diplomata Francisco Seixas da Costa.

Recorde-se que Seixas da Costa foi secretário de Estado dos Assuntos Europeus no primeiro Governo socialista de António Guterres.

FINISTERRA NAS BANCAS

Apesar do atraso, o número 47/48 da revista de reflexão e crítica *Finisterra* já se encontra à venda. Este número duplo da revista de referência da esquerda democrática que tem Eduardo Lourenço como director debruça-se sobre *O Islão e a Modernidade*, um tema de grande actualidade política, mas que em Portugal é praticamente desconhecido. No editorial, Eduardo Lourenço reflecte precisamente sobre as razões históricas desse desconhecimento, num artigo significativamente intitulado *O Islão e Nós*. Alfredo Margarido em *Do Islão Teológico ao Islão dos Atentados* reflecte sobre as causas históricas do fundamentalismo islâmico, enquanto Joaquim Jorge Veiguinha analisa a complexa e atribulada relação entre *Islão Político e Democracia*. João Soares Santos viaja até Oriente para escrever *Dar-al-Islam: Impérios da Civilização Islâmica*. Fernando Pereira Marques e Paulo Mendes Pinto apresentam duas perspectivas diferentes sobre a polémica questão do véu islâmico em França. O conflito israelo-palestino não foi esquecido, contando com o célebre texto da Declaração da Iniciativa de Genebra, assinado por Yosi Beilin, e com um artigo de Vitalino Canas sobre a necessidade de superar o estado da guerra e construir a paz no Médio Oriente.

Mas a *Finisterra* tem ainda outros motivos de interesse. Na secção Ideias destacam-se um artigo de Guilherme d'Oliveira Martins sobre a morte do grande filósofo italiano da política Norberto Bobbio e um penetrante ensaio de Wolfgang Merkel sobre *A Justiça Social e os Três Sistemas de Capitalismo Social*. No que respeita ao sempre importante tema da educação, Jorge Martins pronuncia-se criticamente sobre a redução da escolaridade básica de nove para seis anos, que infelizmente já integra a nova Lei de Bases do Sistema Educativo aprovada na Assembleia da República pelos partidos que sustentam o Governo. Estes são alguns motivos de interesse da revista *Finisterra*, revista de ideias, de análise e reflexão crítica sobre os grandes temas da actualidade política. Uma publicação que é verdadeiramente um caso único de persistência, clarividência e inteligência no nosso pobre panorama cultural. Lê-la e assiná-la é uma obrigação de todos os militantes socialistas.



FINISTERRA

Revista de Reflexão e Crítica

NOVA EDIÇÃO
À VENDA

Com as participações de

Eduardo Lourenço
Alfredo Margarido
Joaquim Jorge Veiguinha
João Soares Santos
Fernando Pereira Marques
Paulo Mendes Pinto
Yosi Beilin
Vitalino Canas
Guilherme d'Oliveira Martins
Wolfgang Merkel
Jorge Martins
João Proença

COMUNIDADES

PS PROMOVE CONVENÇÃO SOBRE ENSINO DO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO



O PS vai promover uma convenção sobre o ensino do português no estrangeiro, em Setembro, que decorrerá em princípio na Suíça, para avaliar a situação nesta área, e em particular a abertura do próximo ano lectivo.

Em declarações ao "Acção Socialista", o deputado do PS eleito pelo círculo da Europa, Carlos Luís, refere que esta iniciativa tem como objectivo central "analisar com encarregados de educação e professores as consequências da entrada em vigor da nova lei de bases da Educação", aprovada em Maio com o voto contra do PS e da restante oposição.

"Há uma forte preocupação dos professores, alunos e pais, bem como do movimento associativo e conselheiros das comunidades, face ao futuro da língua e cultura portuguesa no estrangeiro", refere Carlos Luís, alertando que "a lei de bases da Educação encaminha-se para uma desresponsabilização do Estado, passando o ensino para a iniciativa privada".

E adianta que a política de cortes orçamentais levada a cabo pelo Governo

no Ministério dos Negócios Estrangeiros no que diz respeito ao ensino do português no estrangeiro levou à "supressão de dezenas e dezenas de professores e cursos, com milhares de alunos sem aulas".

Em contraponto, lembrou, o anterior Governo do PS "duplicou o orçamento" nesta área, permitindo aumentar de uma forma muito significativa o número de professores, alunos e cursos da rede oficial.

O deputado socialista afirma ter encontrado o mesmo ambiente pessimista em viagens anteriores à França, Suíça, Bélgica e Alemanha, temendo que "o ensino regrida ao que existia no início dos anos 60".

Em causa está o possível recrutamento de professores sem habilitações suficientes e a falta de condições para as aulas devido aos cortes previstos no financiamento público português, adiantou.

Carlos Luís defende a contratação de docentes licenciados, com estágio e formação profissional, e é favorável a

uma "discriminação positiva" para o recrutamento de professores nos próprios países "desde que existam em número suficiente".

Afirmou também que o PS não é contra a iniciativa privada e declarou-se a favor de "manter os dois sistemas, desde que seja garantida a qualidade do ensino", dando como exemplo o Instituto de Língua e Cultura Portuguesa.

"É uma escola com paralelismo pedagógico onde tem uma professora que ensina Português na universidade", explicou.

O deputado socialista é favorável ainda à integração "sempre que possível" do ensino do Português nos currículos oficiais dos países de acolhimento, mas lembra que a Constituição obriga o Estado a promover a Educação para todos os portugueses.

Até à data da convenção, Carlos Luís pretende consultar sobre este tema as comunidades portuguesas em Inglaterra, Luxemburgo, Bélgica, Andorra e Espanha.

J.C.C.B.

GOVERNO GASTA MILHARES COM CARTA ELEITORALISTA

António Costa acusou o Governo de "gastar milhares de contos" aos contribuintes com o envio de uma carta "altamente perdulária" e "eleitoralista" sobre o calendário do Euro 2004.

"Será normal que um ministro escreva para quatro milhões de lares, gastando milhares de contos ao Estado, a informar as pessoas sobre o calendário dos jogos de futebol, quando não há nenhum membro do Governo que envie para as pessoas informação sobre as eleições europeias?", questionou.

"Acho isto extraordinário", acrescentou António Costa, que falava na semana passada no final de um almoço nas Caldas da Rainha, no âmbito da campanha socialista para as eleições europeias.

Para António Costa, a carta assinada pelo ministro Adjunto do primeiro-ministro, José Luís Arnaut – que considerou "uma iniciativa absolutamente perdulária" e "altamente inconveniente", que "custou milhares de contos aos contribuintes" –, visa favorecer a abstenção nas

eleições de 13 de Junho.

Em contraponto, o ex-líder parlamentar do PS aproveitou para lembrar a sua postura, enquanto ministro com a tutela da Expo-98.

"Quando fui responsável pela Expo-98 nunca me passou pela cabeça escrever para os portugueses a informá-los sobre o programa da exposição. Temos que concentrar o esforço público naquilo que é essencial, ou seja, a informação relativamente a estas eleições e o apelo à participação activa", afirmou.

PS/PORTO

ASSIS CONTRA ENCERRAMENTO DA DELEGAÇÃO PORTUENSE DO INE

Em vez de apresentar propostas de luta contra o desemprego num distrito amplamente afectado por este flagelo, o Governo teima em promovê-lo, desta feita pondo em risco os postos de trabalho dos funcionários da delegação do Porto do Instituto Nacional de Estatística (INE) que poderá vir a ser encerrada, cenário perante o qual os socialistas portugueses não querem ficar indiferentes.

"Numa altura em que o Governo apregoa as vantagens da descentralização e quando os valores do desemprego no distrito do Porto continuam a aumentar, é com indignação que o PS/Porto reage à notícia da possibilidade de concentrar todos os serviços essenciais na capital, à custa do esvaziamento do resto do país", afirmou, em comunicado, no passado dia 5, o líder da Federação Socialista, Francisco Assis.

Segundo o dirigente do PS, o INE-Porto "é uma das poucas instituições desconcentradas do Estado de reconhecida excelência que emprega nos seus quadros ou em contrato eventual largas dezenas de trabalhadores de reconhecido mérito".

Para "tomar contacto com a realidade" e abordar o polémico encerramento das direcções regionais do INE, Assis agendou, para o dia 7 de Junho passado, uma visita à delegação portuguesa deste instituto, iniciativa que não foi bem recebida pelo INE-Norte que, num fax enviado no próprio dia da visita, alegou falta de disponibilidade para receber a comitiva socialista.

Indignado, mais uma vez, Francisco Assis reagiu: "Fecharam-me a porta!".

Houve pressões e julgo ter havido ordens de Lisboa", acusou, explicando de seguida que "o director regional não pode estar indisponível para receber um deputado".

Considerando este desagradável incidente como um sinal de "prepotência", Francisco Assis concluiu dizendo que "este Governo revela já um estado de absoluto autismo".

BARRAGEM DO SABOR

ECONOMIA MANDA NO AMBIENTE

O ministro do Ambiente evidencia "subordinação política" ao Ministério da Economia na questão da barragem hidroelétrica projectada para o rio Sabor, no concelho de Mogadouro.

Esta a denúncia feita, no passado dia 3, por Pedro Silva Pereira, que adiantou a intenção da bancada socialista de pedir explicações a Arlindo Cunha sobre declarações de Carlos Tavares onde este último anunciava que a empresa eléctrica nacional EDP terá em breve "luz verde" para construir uma barragem no rio Douro, onde aflui o Sabor.

"Este é um péssimo começo para o novo ministro do Ambiente, que dá sinais de subordinação política ao Ministério da Economia", declarou Silva Pereira, para quem é "inequívoco" que o titular da pasta da Economia se referia à barragem do Sabor e que "até já estabeleceu um calendário para a construção da barragem".

O PS considera que as declarações do ministro Carlos Tavares "provam que quem manda na avaliação do impacto ambiental é o Ministério da Economia" e que "a decisão de construir a barragem do Sabor já está tomada, independentemente de pareceres técnicos ambientais".

Pedro Silva Pereira recordou que o processo de avaliação e impacto ambiental da barragem do Sabor ainda está pendente e aguarda uma decisão final do ministro do Ambiente. No entanto, acrescentou, "o que o PS quer saber é se o Ministério do Ambiente confirma a construção da barragem do Sabor e se a avaliação de impacto ambiental serve para alguma coisa".

FALTA DE POLICIAMENTO PROVOCA INSEGURANÇA EM VISEU

O PS responsabiliza directamente o Executivo pelo ambiente de insegurança que se vive actualmente no concelho de Viseu, derivado, segundo os socialistas, "de decisões erradas quer do Governo quer da maioria que governa a câmara municipal". Defendendo a segurança e a tranquilidade como "bens determinantes" para a qualidade de vida das populações, os deputados eleitos pelo círculo viseense solicitam ao Ministério da Administração Interna que esclareça para quando se procederá ao reforço da PSP e da GNR em Viseu.

"Vai o Governo admitir que errou ao anular a decisão de criar a 2ª Esquadra da PSP em Viseu?", questionam José Junqueiro, Ana Benavente e Miguel Ginstal, num requerimento entregue no dia 28 de Junho, no Parlamento, e onde exigem que a tutela se comprometa a colocar policiamento nas zonas rurais do concelho e calendarize a construção do Quartel da Guarda Nacional Republicana de Torredeita.

GALAMBA QUESTIONA MINISTRO SOBRE RECUSA DE DOENTES NO HOSPITAL DE LEIRIA

A denúncia da Ordem dos Médicos de que o hospital de Leiria está a recusar atender doentes de cinco concelhos do distrito, levou o deputado socialista António Galamba a dirigir um requerimento, "com carácter de urgência", ao ministro da Saúde.

No documento, António Galamba questiona o ministro Luís Filipe Pereira sobre "se a aplicação do regulamento do Hospital Distrital de Santo André SA, em Leiria, tem cobertura para negar a prestação de cuidados de saúde a cidadãos das Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Bombarral e parte de Alcobaça por estarem fora da sua zona de influência".

Em causa está, segundo denunciou a delegação da Ordem dos Médicos da zona Oeste, o facto de o hospital de Leiria ter no seu regulamento uma cláusula onde refere que os doentes dos cinco concelhos do Sul do distrito deixam de fazer parte da zona de influência desta unidade hospitalar.

Neste sentido, António Galamba interroga o ministro da Saúde sobre se "os hospitais de Lisboa têm idêntico enquadramento de gestão barrando a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos portadores das devidas credenciais, desde que oriundos dos municípios em causa".

"Em caso do Governo considerar normal e aceitável esta conduta dos hospitais SA, onde poderão os referidos 150 mil utentes obter cuidados de saúde de urologia, cardiologia ou cirurgia cardiovascular no quadro do Serviço Nacional de Saúde?", pergunta o deputado socialista.

Governo atrasa-se nos processos do Euro 2004

Entretanto, António Galamba alertou para o tratamento discriminatório do Governo face às autarquias envolvidas no Euro 2004.

Num requerimento entregue no Parlamento, no passado dia 27 de Junho, o deputado socialista António exige explicações à tutela sobre a forma como estão a ser pagas pelo Governo as bonificações por empréstimos contraídos pelos municípios para a construção dos estádios do europeu de futebol.

Segundo o parlamentar do PS, há informações de que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve já terá feito esses pagamentos às Câmaras de Faro e de Loulé, mas o mesmo não terá sucedido noutras zonas do país.

"O Estado português, através do Governo, comprometeu-se perante as autarquias promotoras de estádios destinados ao Euro 2004 a suportar os montantes das bonificações dos juros dos empréstimos bancários contraídos", lembra Galamba, ressaltando porém que "ao longo do período de preparação dos equipamentos, foi sendo pública a ausência de dotação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional para cumprirem esse compromisso".

Neste contexto, o deputado do PS pretende saber se o Governo vai "ressarcir as entidades penalizadas pelo incumprimento resultante da ausência de dotação orçamental das comissões de coordenação de desenvolvimento regional".

LIBERDADE SINDICAL AMEAÇADA

Uma alegada violação dos princípios de liberdade sindical e da livre negociação na Empresa PSA Sines – Terminais de Contentores SA, motivou um requerimento em que o deputado socialista Alberto Antunes questiona o ministro do Trabalho sobre as medidas que o Governo tem vindo a tomar para acompanhar este caso, em particular no que concerne às denúncias feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Mar e Terra – Sinporsines.

Segundo refere no documento, entregue na Assembleia da República no passado dia 28, a aludida associação sindical considera "ilegítima, inaceitável e violadora dos princípios de boa fé negocial", a decisão unilateral da Empresa PSA Sines de cessação do acordo vertido em declaração protocolar, acusando-a de ter promovido "a criação de um sindicato à medida dos seus interesses", tendo em vista, "sob a aparência da livre negociação, a celebração de um Acordo de Empresa com período de vigência dilatado, para excluir a aplicação de outros instrumentos de regulação colectiva de trabalho".

Caso se confirme a existência na Empresa PSA Sines destas violações dos direitos dos trabalhadores, Alberto Antunes exige que Bagão Félix adiante as medidas que serão implementadas pelo Governo com vista à sua resolução.

FINANÇAS

OPERAÇÃO BPI DEVE SER ESCLARECIDA

O PS exige que o Governo esclareça publicamente os contornos em que foi dada luz verde à transmissão de prejuízos fiscais no valor de 20 milhões de euros, no âmbito de uma operação de fusão por incorporação, do BPI Venture para o BPI SGPS, no universo do Banco Português de Investimento.

Em causa estão as dúvidas suscitadas por notícias divulgadas pelo "Jornal de Notícias" onde se aponta para a aprovação desta operação pelo Ministério das Finanças contra um parecer do director-geral de Impostos.

O deputado Joel Hasse Ferreira, em declarações aos jornalistas, garantiu que se o Executivo não der as devidas explicações, a bancada socialista poderá questionar a tutela em plenário, chamar à



Assembleia da República o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Vasco Valdez, ou mesmo a ministra Manuela Ferreira Leite.

Para o PS, é urgente e necessário que se esclareçam as condições em que foi autorizada a transmissão de prejuízos fiscais, até porque a comunicação destes de uma sociedade absorvida para a incorporante permite facilidades legais, nomeadamente o abatimento nos lucros tributáveis.

Mas, os socialistas lembram que a concessão deste benefício está condicionada a um conjunto de pressupostos, entre os quais a prova de que a fusão é feita por motivos económicos válidos e tem efeitos positivos na estrutura produtiva.

DEMISSÕES NA JUDICIÁRIA

PS QUER OUVIR ADELINO SALVADO

Os deputados socialistas exigem que o director nacional da Polícia Judiciária (PJ), Adelino Salvado, esclareça, em audição parlamentar, a demissão dos dois subdirectores desta instituição do Porto, responsáveis pela investigação no caso "Apito Dourado".

Num requerimento enviado à presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, no passado dia 2, o PS

propõe a realização de uma reunião com Salvado, na sequência de notícias vindas a público em que se relacionam aquelas demissões com a operação que levou à detenção de vários 16 autarcas, dirigentes desportivos e árbitros.

Considerando que "as matérias de justiça e investigação criminal são das mais sensíveis e em que a confiança nas instituições é mais exigível", o deputado

socialista Jorge Lacão, declarou que o PS quer ouvir Adelino Salvado "para que este elimine as dúvidas e explique as razões e critérios das substituições, evitando que se alimentem especulações quanto ao assunto".

Devido à pausa dos trabalhos parlamentares motivada pela campanha das europeias, o pedido do PS só será apreciado após a reabertura da Assembleia da República.

MERCADO IBÉRICO DE ELECTRICIDADE

DISCRIMINAÇÃO DESAGRADA SOCIALISTAS

o ministro da Economia será chamado ao Parlamento para explicar as razões pelas quais o Operador de Mercado Ibérico Português (OMIP) foi impedido de exercer os direitos de voto no seu congénere espanhol no mercado ibérico de electricidade – Mibel.

A exigência socialista vertida no requerimento subscrito pelo deputado Maximiano Martins dará entrada na Comissão de Economia e Finanças, assim que os trabalhos

forem reabertos, porque "é imperioso questionar o ministro sobre a iniquidade da situação decorrente de um tratamento desigual no funcionamento dos dois pólos".

Adesigualdade em direitos preferenciais entre os representantes de Portugal e da Espanha num projecto comum será também questionada por parte da bancada do PS. "Importa saber como é que no processo negocial que conduziu ao Mibel não foi

possível acautelar princípios elementares de igualdade de funcionamento das estruturas OMIP/OMEL, cuja integração accionista se encontra prevista", lê-se no requerimento.

Por outro lado, Maximiano Martins assegura que serão também pedidos esclarecimentos sobre o atraso no arranque do mercado ibérico de electricidade, bem como sobre a venda de parte do capital da Galp Energia.

SAÚDE

MINISTRO INTOXICA OPINIÃO PÚBLICA NO NEGÓCIO DO HOSPITAL S. JOÃO COM A BRAGAPARQUES

O PS/Porto acusou o ministro da Saúde de tentar "intoxicar a opinião pública", no caso do negócio entre o Hospital de São João e a Bragaparcques que permitiu a esta empresa construir um edifício composto por parque automóvel, centro comercial e hotel nas traseiras da valência de cuidados portuense.

Em comunicado, os socialistas afirmam que Luís Filipe Pereira insiste em dizer que o processo se iniciou em 1996,

tendo sido realmente em 2002, quando, lembram, já estava à frente do Ministério. "Foi então que se alteraram profundamente as condições do contrato original, transformando o Hospital de S. João e, por essa via, o Estado de credor em devedor", garantem, considerando ser "inaceitável o comprometimento do ministro em todo este processo", que o coloca "numa posição insustentável".

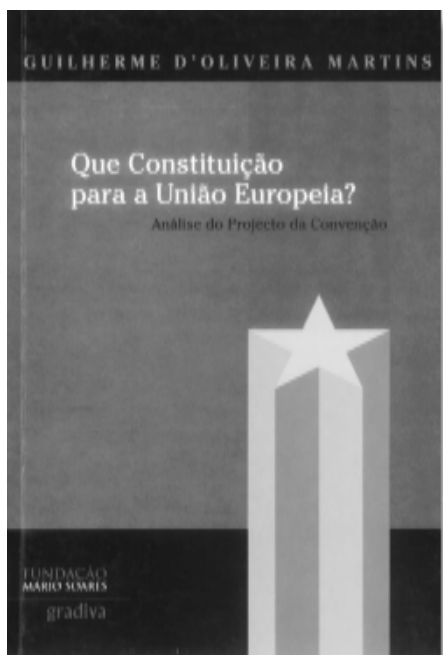
Quanto à decisão de remeter o negócio com a Bragaparcques para a Inspeção-Geral de Saúde, o PS/Porto considera-a "correcta", mas "absolutamente fora de tempo".

"O que o ministro tem que explicar é o seu silêncio", exigem os socialistas, que interpretam esta omissão de Luís Filipe Pereira como "uma tentativa de encobrimento".

LIVROS DOS NOSSOS

Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.

QUE CONSTITUIÇÃO PARA A UNIÃO EUROPEIA? ANÁLISE DO PROJECTO DE CONVENÇÃO



O LIVRO

*Que Constituição para a União Europeia?
Análise do projecto de Convenção*

Guilherme d'Oliveira Martins
Fundação Mário Soares/Gradiva
Lisboa 2003

Este livro de Guilherme d'Oliveira Martins é simultaneamente um livro pedagógico e um livro comprometido com o futuro de Portugal e da União Europeia, de quem foi um activo representante português na Convenção Europeia.

O autor sabe que o debate europeu tem de assentar em argumentos, que dêem razões aos cidadãos para apoiar uma Constituição para a Europa. Não basta repetir proclamações voluntaristas, nem repousar sobre estados de alma europeístas da maioria dos cidadãos. É preciso que a opção europeia resulte de uma decisão informada e racional dos cidadãos.

Dai a preocupação em sublinhar a dupla legitimidade, dos cidadãos e dos Estados no estabelecimento da União, a herança dos pequenos passos e do equilíbrio, a importância do método comunitário.

O novo tratado que estabelece uma Constituição para a Europa não procede a "uma refundação, mas uma reforma" dos anteriores tratados instituidores das Comunidades Europeias, que constituem já uma autêntica constituição material.

Esta continuará, aliás, a ser a constituição da União Europeia, caso não se venha a verificar a ratificação do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.

A delimitação das competências da Comissão Europeia rege-se pelo *princípio da atribuição de competências* pelos Estados-membros. A Convenção não adoptou um "catálogo fechado de competências", como refere o autor, "preferiu-se estabelecer diversas categorias de competências de modo a evitar dúvidas na aplicação quer do princípio da atribuição quer dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade".

Uma área que se reveste de grande sensibilidade é o papel dos parlamentos nacionais, em que se ficou aquém do desejável. A Constituição para a Europa confere, apesar disso, responsabilidades acrescidas aos parlamentos nacionais "no exercício das funções legislativas próprias, no acompanhamento directo da função legislativa da União, na fiscalização em moldes especialmente

exigentes das actividades governativas em matéria europeia, na ligação em relação aos cidadãos nacionais de modo a que haja efectiva complementaridade entre a representação democrática no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais", que irão exigir profundas reformas no seu funcionamento e dotação dos meios técnicos necessários.

Guilherme d'Oliveira Martins não se limita a fornecer informação rigorosa, fá-lo de forma comprometida, dando conta do acerto de determinadas soluções consagradas, mas não escamoteando as questões em que outra teria sido a solução preferível, sem esconder aquilo em que foi vencido, bem como os problemas em que se ficou aquém do desejável, como a necessidade do federalismo fiscal, ou no capítulo de segurança e defesa, ou em matéria da *igualdade entre os Estados*. Com estas breves notas quero apenas sublinhar que é imprescindível ler este livro para analisar e compreender de forma crítica e empenhada o projecto de Constituição para a União Europeia.

JOSÉ LEITÃO

RENOVAR E GANHAR

As secções são a base de todo o partido. É nas secções que os militantes mais participam e é nelas que a política se faz, no terreno, junto das pessoas. É por isso que precisamos de secções que funcionem, e bem, todos os dias. Secções de portas abertas, secções com grande implantação junto das populações, com iniciativas.

JOÃO BREIA

Militante nº 8950 da Concelhia de Odivelas;
secretário-coordenador da Secção da Póvoa
de Santo Adrião e Olival Basto

Nos últimos dois anos, muito se tem falado de renovar o PS. Mesmo em circunstâncias difíceis, é um projecto que tem feito o seu caminho. Novas maneiras de actuar, novas políticas, novos protagonistas para as nossas

causas tornam-nos depositários da esperança de mais pessoas.

Mas há algo que não podemos esquecer. Os partidos, e em especial o nosso, não existem senão pelo trabalho árduo das estruturas de base local e dos milhares de militantes que dão a cara pelos ideais socialistas que nos motivam a todos.

É por isso urgente uma nova fase da renovação do partido: tornar as concelhias e as secções um espelho do partido moderno, combativo e aberto, que muitos de nós já praticam. Um partido com forte presença local, em que todos possam participar.

As secções são a base de todo o partido. É nas secções que os militantes mais participam e é nelas que a política se faz, no terreno, junto das pessoas. É por isso que precisamos de secções que funcionem, e bem, todos os dias. Secções de portas abertas, secções com grande implantação junto das populações, com iniciativas.

Como secretário-coordenador de uma secção com centenas de militantes, no jovem concelho de Odivelas, sei bem do que falo: as vitórias conseguem-se com trabalho empenhado nas comunidades locais, ganhando a sua confiança, respeito e adesão. Por aí se vê também o dinamismo e a força de cada secção, de cada concelhia, do partido.

Por isso, não pode haver secções sem as mínimas condições. Mas ainda mais grave é haver secções que têm condições e meios mas que, mesmo assim, permanecem fechadas às pessoas e aos militantes, dias e dias a fio. Esse é o rosto de um partido fechado, sem iniciativa, acomodado. Esses são os erros de um pré-lérito imperfeito que queremos tornar definitivamente passado, erros que se pagam caro na altura de pedir confiança aos militantes e aos portugueses. E em democracia essa hora chega sempre cedo.

O mesmo se aplica às concelhias. Temos de ter concelhias dinâmicas, com iniciativa e visibilidade local. Concelhias que não regateiam nunca apoios, a todos os níveis e em todas as circunstâncias, aos eleitos do PS, mostrem os nossos rostos perante os cidadãos. Uma das tarefas da concelhia é apoiar aqueles que nos representam nas câmaras e nas freguesias, e coordenar com eles o seu trabalho. Para projectar o PS para fora, mas também para dentro, articulando com as secções, apoiando-as, envolvendo-as nos processos de decisão. É de concelhias assim que se fazem as vitórias.

Uma concelhia, tal como o partido, não se faz de cima para baixo, a tentar mandar nas suas secções ou a ignorá-las sistematicamente. Tem de ser uma unidade composta pelos seus órgãos próprios e pelas secções, ser o fundamento da vida do partido. Nunca uma estrutura fechada, centrada no protagonismo de alguns poucos, sem promover o esforço conjunto e mobilizado de todos os militantes e das estruturas de base.

Quem anda no terreno há muitos anos sabe-o bem: a liderança e a autoridade constroem-se pela capacidade política e pela vontade democrática, e estas vêm da base e só da base: dos camaradas, das secções, de decisões que são respeitadas por todos. A capacidade de acção e o respeito dos militantes não se conseguem pela pequena guerrilha, tão comum, nem pela imposição de estratégias particulares e de vaidades pessoais que só criam conflitos, desmobilizam e contrariam os interesses do PS.

Para bem do PS, é urgente renovar a política concelhia e, com um novo fôlego, unir o partido para conseguir novas vitórias. Só assim, em Odivelas como no país, estaremos em condições de vencer eleições, ganhando e merecendo, uma vez mais, a confiança que tantos concidadãos em nós depositam.

RECTIFICAÇÃO: Por lapso, na primeira página da última edição a data e o número estavam errados. Essa edição era a nº 1221 de 2 de Junho.

Gabinete de 
Estudos

www.ge.ps.pt



Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR **Augusto Santos Silva** | DIRECTOR-ADJUNTO **Silvino Gomes da Silva** silvino@ps.pt | REDACÇÃO **J.C. Castelo Branco** cbranco@ps.pt; **Mary Rodrigues** mary@ps.pt; **P. Pisco** ppisco@ps.pt | SECRETARIADO **Virginia Damas** virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA **Francisco Sandoval** francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET **José Raimundo**; **Francisco Sandoval**
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt/accao